

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Felipe Petrocchi Resende Alves

**DESPOVOAMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS:
CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA MUDANÇA DA
ESTRUTURA DEMOGRÁFICA**

Belo Horizonte

2015

Felipe Petrocchi Resende Alves

**DESPOVOAMENTO DO NORTE E NORDESTE DE MINAS GERAIS:
CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DA MUDANÇA DA
ESTRUTURA DEMOGRÁFICA**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Orientador: Frederico Poley Martins
Ferreira

Alves, Felipe Petrocchi Resende

A474d Despovoamento do Norte e Nordeste de Minas Gerais: consequências sociais e econômicas da mudança da estrutura demográfica / Felipe Petrocchi Resende Alves – Belo Horizonte, 2015. 81 p. : il.

Monografia (Curso Superior em Administração Pública) – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro.

Orientador: Frederico Poley Martins Ferreira
Referência: 75-77

1. População – Nordeste de Minas. 2. População – Norte de Minas. 3. Desenvolvimento socioeconômico – Nordeste de Minas. 4. Desenvolvimento socioeconômico – Norte de Minas. 5. Demografia – Nordeste de Minas. 6. Demografia – Norte de Minas. 7. Migração – Nordeste de Minas. 8. Migração – Norte de Minas. I. Ferreira, Frederico Poley Martins. II. Título.

CDU 312(815.1)

Felipe Petrocchi Resende Alves

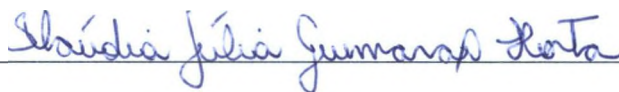
Despovoamento Do Norte E Nordeste De Minas Gerais: Consequências Sociais E Econômicas Da Mudança Da Estrutura Demográfica

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

Banca Examinadora



Professor Doutor Frederico Poley Martins Ferreira



Professora Doutora Cláudia Júlia Guimarães Horta



Professora Doutora Denise Helena França Marques Maia

RESUMO

O presente trabalho parte do entendimento da especificidade das regiões Norte e Nordeste do estado de Minas Gerais para problematizar as consequências do despovoamento para a população local. Esse território, traduzido nas mesorregiões do Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, tem as suas atuais características sociais e econômicas condicionadas pela trajetória de ocupação e intervenção estatal que sofreu, cujos resultados o puseram à margem do processo de desenvolvimento vivenciado por outras regiões do estado. A partir desse contexto, serão objeto de apreciação a transição demográfica e os fluxos migratórios, buscando apreender os impactos promovidos pelos componentes demográficos na estrutura etária e no ritmo de crescimento populacional, contribuindo, portanto, para a compreensão dos meios através dos quais um dado perfil demográfico, sintetizado por determinada dinâmica das taxas de fecundidade, mortalidade e migração, conduziria para um processo de despovoamento.

Palavras-chave: Despovoamento; Migração; Transição Demográfica; Fecundidade.

ABSTRACT

This study begins with the understanding of the specificity of the North and Northeast of Minas Gerais to discuss the consequences of depopulation for the local people. This territory, translated in the territories of North, Jequitinhonha and Vale do Mucuri, has its current social and economic characteristics conditioned by the historical occupation and state intervention that it suffered, the results of which put it on the sidelines of the development process experienced by other regions of the state. From that context, will be subject to assessing the demographic transition and migration, seeking the understanding of the impacts brought by the demographic components in the age structure and the rhythm of population growth, contributing therefore to the understanding of the means by which a given demographic profile, synthesized by certain dynamics of fertility, mortality and migration balance would lead to the depopulation process.

Keywords: Depopulation; Migration; Demographic Transition; Fertility

Sumário

1 Introdução	6
2 Contextualização	9
2.1 Ocupação e desenvolvimento econômico	10
2.2 Intervenção do Estado	13
2.3 Caracterização demográfica e econômica	16
3 Transição Demográfica	31
3.1 Mortalidade	31
3.2 Fecundidade	36
4 Migração	45
4.1 Determinantes da migração	45
4.2 Cenário nacional	47
4.3 Mesorregiões de Minas Gerais	53
5 Despovoamento	58
5.1 Implicações do despovoamento	60
5.2 Despovoamento Rural	69
6 Conclusão	72
Bibliografia	75
Anexo	78

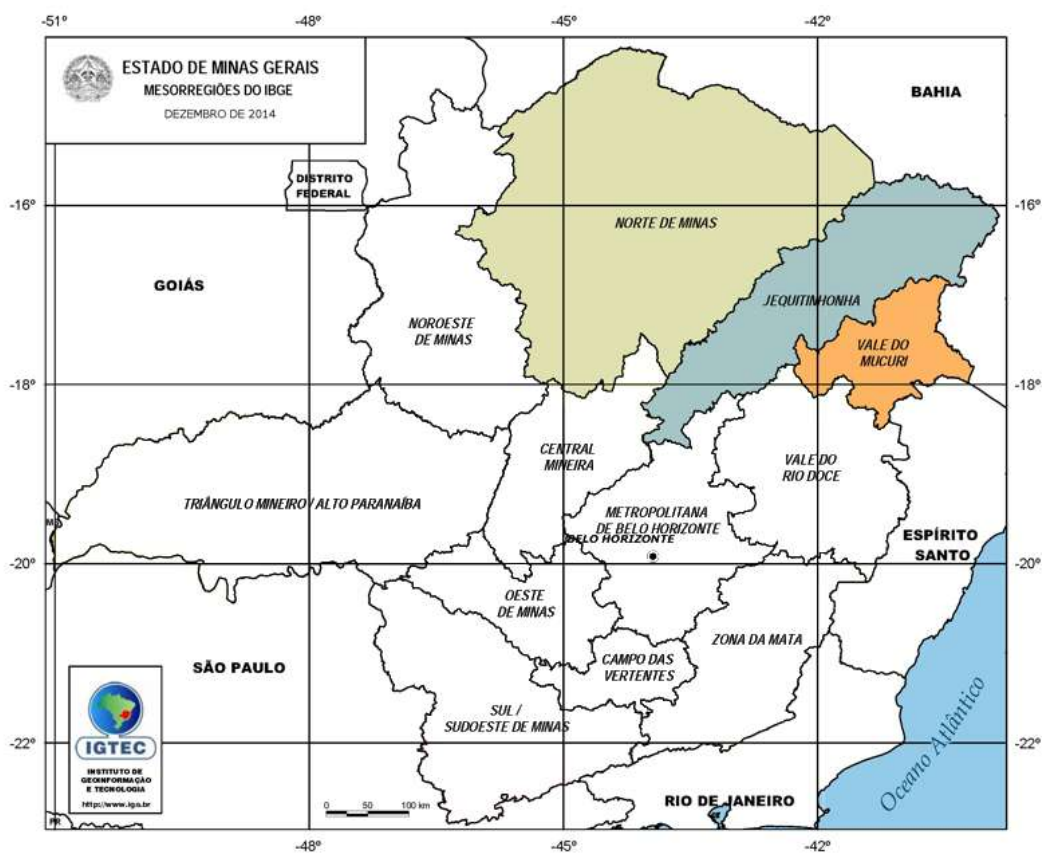
1 Introdução

O presente trabalho parte da análise do contexto social, econômico e demográfico das regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais, para discutir como a combinação da transição demográfica e dos fluxos migratórios conduz para o desenvolvimento de processos de despovoamento em parcelas significativas desse território, buscando inferir as suas consequências para a realidade econômica e social dessas regiões. Busca-se, assim, a convergência do escopo deste trabalho com as atividades exercidas no âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais – SEDINOR.

Primeiramente, é necessário explicitar o que se entende por regiões Norte e Nordeste. A abordagem feita aqui se estrutura em torno das mesorregiões do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri, estas duas constituindo o Nordeste de Minas Gerais nos limites deste trabalho. De acordo com o Portal do Governo do Estado de Minas Gerais, a divisão do estado em mesorregiões é feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), destacando, ao todo, 12 mesorregiões¹, cada qual subdividida em microrregiões, visando oferecer um referencial territorial para a formulação de políticas públicas e instrumentalizar a tomada de decisão. O critério para definição das regiões adotado pelo IBGE procura reconhecer “o processo social como determinante, o quadro natural como condicionante e a rede de comunicação e de lugares como elemento da articulação espacial”, lógica esta que norteia a compreensão de regionalização presente neste trabalho. O mapa 1.1 mostra a divisão territorial do estado de Minas Gerais por mesorregiões, com destaque para as três regiões de análise.

¹ As 12 mesorregiões mineiras são: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Central Mineira, Metropolitana de Belo Horizonte, Vale do Rio Doce, Oeste de Minas, Sul e Sudoeste de Minas, Campos das Vertentes e Zona da Mata.

Figura 1.1 – Território de Minas Gerais, dividido por mesorregiões – Minas Gerais, 2015



Fonte: Portal do Governo do Estado de Minas Gerais

O território que compreende as mesorregiões do Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentou desde o início do processo de povoamento do Estado de Minas Gerais um modelo de ocupação diferente do apresentado no restante do estado, perpetuando uma estrutura de relações sociais e produtivas sustentada sobretudo na tradição. Associada às condições geográficas, que impõem restrições quanto à variedade da produção e à disponibilidade de recursos, esses fatores contribuíram historicamente para a situação de desenvolvimento incipiente experimentado pelas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, não apenas do ponto de vista econômico, mas também social. Segue desse cenário que os impactos locais de fenômenos sociais, econômicos e demográficos tendem a apresentar um caráter *sui generis*, exigindo, para uma abordagem mais adequada, o reconhecimento das especificidades locais e da trajetória histórica que conduziu para o cenário presente.

Assim, reconhecendo-se o papel da migração, da fecundidade e da mortalidade no ritmo de crescimento, na estrutura demográfica e, por consequência, na realidade social e

econômica de uma dada população, a compreensão dos componentes demográficos oferece uma contribuição para o delineamento da situação presente e das potenciais dificuldades decorrentes da modificação do perfil populacional. Em outras palavras, o processo de despovoamento deve ser entendido como o resultado da combinação de um conjunto de fatores que, por sua vez, são determinados pela trajetória histórica, econômica e social da região. Uma vez caracterizada a situação de fragilidade do Norte e Nordeste de Minas Gerais em relação às demais regiões do estado, a compreensão do sentido dos fenômenos demográficos, conduzindo para o processo de despovoamento, permitiria entender as suas consequências para a população local.

O trabalho se iniciará, então, com uma análise do processo histórico que conduziu à situação de desigualdade do Norte e Nordeste de Minas Gerais, além de uma caracterização econômica e demográfica das regiões. Em seguida, o esforço se concentrará nos fatores determinantes do crescimento populacional, discutindo o processo de transição demográfica e o comportamento dos fluxos migratórios. Finalmente, serão feitas considerações sobre as consequências do processo de despovoamento. Essa abordagem será sustentada na revisão da literatura especializada e no levantamento dos dados pertinentes junto às instituições de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

2 Contextualização

O Norte e Nordeste de Minas Gerais representam, tanto no que se refere às condições físicas e climáticas quanto em relação às características socioeconômicas, um espaço de transição entre o Nordeste e o Sudeste brasileiros. Nesse sentido, a importância dos rios da região, dentre os quais se destacam o Rio São Francisco e o Rio Jequitinhonha, não se limita à possibilidade oferecida de fluxo de mercadorias, tanto de escoamento da produção local, quanto de abastecimento do mercado interno. A via que permitia o intercâmbio material também sustentava o intercâmbio cultural, conduzindo para que o Norte de Minas Gerais desenvolvesse uma identidade e instituições econômicas, sociais e políticas mais próximas da realidade baiana e nordestina do que propriamente daquela do restante do estado ou do sudeste do país (FRANÇA e SOARES, 2006).

O status simbólico relacionado ao Norte e Nordeste mineiro atribuiu à região, desde o começo da ocupação portuguesa do território, uma posição de inferioridade em relação à costa brasileira. Associado ao atraso, seja sob uma ótica econômica, política ou social, em todos os aspectos a região foi colocada em oposição ao moderno e industrializado litoral. Aquele espaço, apoiado em instituições tradicionais, se apresenta historicamente como um campo fértil para a desenvolvimento de relações clientelistas e de uma estrutura produtiva pouco diversificada e dinâmica, reforçando uma categorização que ultrapassa as características meramente climáticas e hidrográficas da região (PEREIRA, 2007; PEREIRA e SOARES, 2006; MIRANDA, 2013).

Discutindo especificamente o Norte de Minas Gerais, mas perfeitamente aplicável também ao Nordeste do estado, Pereira e Soares destacam que a região é marcada por dualidades que traduzem a forma com que as diferentes lógicas e instituições se articulam e interagem nesse espaço. Na ótica das autoras, o Norte é o espaço

da pobreza e da opulência, do tradicional e do moderno, da riqueza cultural e da miséria social. Viajando pelo Norte de Minas não podemos deixar de dar razão a essa visão dualista da região, onde identificamos muita pobreza e nichos de riqueza, modernidade e tradicionalismo, produção e escassez, discursos e realidade (PEREIRA e SOARES, 2006, p. 4).

Essas dualidades se traduzem de forma significativa na maneira com que as inovações tecnológicas são apropriadas pelos setores produtivos na região. Enquanto a economia da maioria dos seus municípios é caracterizada por sistemas produtivos tradicionais, “nichos de modernização” são observados em áreas específicas, técnicas

modernas de irrigação e de melhoramento da pecuária convivem com métodos tradicionais e arcaicos, impondo sérios contrastes na capacidade produtiva (PEREIRA e SOARES, 2006).

2.1 Ocupação e desenvolvimento econômico

A ocupação dos territórios hoje entendidos como a mesorregião do Norte, do Jequitinhonha e do Mucuri remete ao século XVII, em consequência da expansão da atividade pecuária extensiva no Nordeste brasileiro, abastecendo a economia açucareira, e as campanhas das bandeiras paulistas, ambos os movimentos de ocupação ocorrendo de forma virtualmente simultânea. As instituições econômicas, sociais e políticas produzidas e reproduzidas na região seriam, portanto, reflexo da associação desses dois movimentos de ocupação, o paulista e o baiano (PEREIRA, 2007; DE PAULA e FERREIRA, 2013; MINAS GERAIS, 2014). Inicialmente, as economias locais se desenvolveram como uma extensão da atividade açucareira do Nordeste do Brasil, tirando proveito da disponibilidade de terras salinas com uma vegetação nativa favorável à atividade pecuária e da via de acesso proporcionada pelo Rio São Francisco. A criação de gado extensiva atendia a demanda da economia nordestina por carne e animais de carga, enquanto se desenvolvia uma agricultura de subsistência orientada para o sustento da população local (PEREIRA, 2007; MIRANDA 2013).

Assim, quando ocorre o início das atividades mineradoras, no século XVIII, já havia uma relativa estrutura produtiva fixada no Norte e Nordeste de Minas Gerais. O surgimento dessa atividade na porção central da capitania gerou um novo foco de demanda que produziu um impulso dinamizador para a economia da região Norte, aproveitando-se da sua posição privilegiada entre o rio São Francisco e a estrada pré-existente (PEREIRA, 2007). Foi agindo como ponto intermediário entre a área mineradora e as demais capitanias que as cidades do sertão norte mineiro puderam se desenvolver como significativos centros comerciais. Mas, segundo Pereira (2007), a emergência da economia cafeeira e a chegada da Corte Portuguesa promoveram novo deslocamento do polo econômico brasileiro, dessa vez da Bahia e Goiás para o Sudeste brasileiro, reduzindo significativamente a importância comercial das cidades do sertão mineiro.

Apesar de algum incremento econômico proporcionado pela cultura do algodão ainda no século XVIII, a posição de isolamento do Norte mineiro persistiria por todo o século seguinte. Apenas com os esforços de desenvolvimento promovidos na região, como a construção, no começo do século XX, de uma ferrovia partindo do centro do estado e atravessando o Norte de Minas Gerais em direção ao sul da Bahia, foi possível vislumbrar uma oportunidade de integração com o restante do país, fortalecendo o comércio de gado com vistas a atender a demanda de cidades como Belo Horizonte e Rio de Janeiro (PEREIRA, 2007; DE PAULA e FERREIRA, 2013).

Entretanto, esse cenário não contribuiu para uma alteração da estrutura produtiva local. Recorrendo a estudos promovidos pelo BDMG em 1967, Pereira (2007) caracteriza a região Norte mineira à época como uma economia sustentada no “binômio latifúndio-minifúndio, com pecuária extensiva e predatória, combinada com uma agricultura de subsistência rudimentar” (PEREIRA, 2007, p. 38), apresentando ainda importantes problemas nas áreas de transporte, educação e saúde, aspectos que aproximariam a região mais do contexto observado no Nordeste brasileiro que do próprio estado de Minas Gerais como um todo.

A trajetória do Nordeste reúne algumas semelhanças com o que foi exposto em relação à região Norte. Após os esforços iniciais de ocupação do território, promovidos a partir do Nordeste brasileiro, o Jequitinhonha viu na atividade mineradora um motor importante da economia local nos séculos XVII e XVIII, atraindo grande contingente populacional, a princípio para o Alto Jequitinhonha, e promovendo o início do processo de urbanização e estruturação da rede local de municípios. No entanto, segundo Miranda (2013), a intensa fiscalização promovida pela coroa portuguesa, que implantou no território uma das estruturas mais eficientes de tributação da colônia, e a redução dos recursos minerais disponíveis motivaram o primeiro fluxo migratório da região, em direção sobretudo ao Médio Jequitinhonha, espalhando pequenos povoados ao longo do Rio Jequitinhonha. Associado ao despovoamento das áreas mineradoras, ocorre ainda uma desarticulação dos arranjos produtivos locais em favor da expansão das atividades agrícola e pecuária nas regiões do Médio e Baixo Jequitinhonha (MIRANDA, 2013).

Uma agricultura familiar de baixa produtividade já se constituía como principal fonte de subsistência das populações da região após a decadência da economia mineradora e, diante do seu enfraquecimento produtivo, a ascensão da atividade cafeeira

no território do Vale do Mucuri acabou por promover novo movimento de fuga do Jequitinhonha em finais do século XIX (MIRANDA, 2013; MINAS GERAIS, 2014). O Vale do Mucuri apresentava terras mais férteis em comparação ao Jequitinhonha e Norte, o que serviu como grande atrativo para a migração dos lavradores dessas regiões para o Mucuri. Esse fluxo migratório atendia a uma redefinição do próprio arranjo produtivo do país agora voltado para a região Sudeste, mais especificamente para o eixo Rio de Janeiro-São Paulo, deixando isoladas as áreas mais afastadas, como é o caso do Vale do Jequitinhonha. Mas a plena integração inclusive do Mucuri foram comprometidas pelo abandono dos projetos de expansão da malha ferroviária e interligação com as hidrovias (MINAS GERAIS, 2014), graças à demora nas obras de sua construção e à abertura da BR-101 com a proposta de interligar grande parte do litoral leste brasileiro (ver mapa 2.1.1).

Mapa 2.1.1 Rodovia Federal BR 101 – Brasil, 2001



Fonte: Banco de Informações e Mapas de Transporte - BIT

2.2 Intervenção do Estado

Hoje, a especificidade das condições dessa região é reconhecida e formalizada a nível do Estado através da atuação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas Gerais, tornando-a foco de uma série de políticas voltadas para a redução dos efeitos do clima e para a promoção do desenvolvimento local. Mas a trajetória de intervenção em si possui características e consequências para a realidade local que motivam uma análise mais detida.

Historicamente, a intervenção do governo federal na realidade da região geoeconômica do Nordeste se sustenta nas adversidades climáticas e na escassez de recursos diversos e, nesse sentido, é necessário colocar em destaque a definição do Polígono das Secas. O reconhecimento das especificidades do Polígono das Secas pelo Estado brasileiro, justificando uma atuação diferenciada neste território, remonta ao século XIX e viria a se institucionalizar em 1909 com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS (PEREIRA, 2007), mas a criação do seu território se daria apenas com a promulgação da Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936, e complementada pelo Decreto Lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946. Ainda que o Norte mineiro estivesse entre as regiões contempladas pelas obras contra as secas desde 1911, a sua inclusão no chamado Polígono das Secas se deu apenas dez anos depois da sua instituição legal, graças à atuação do deputado Vasconcelos Costa junto ao Presidente Eurico Gaspar Dutra, atendendo à demanda dos prefeitos da região. Cabe notar que a mesma articulação não ocorreu no Jequitinhonha, dado o receio dos fazendeiros locais pela potencial desvalorização de suas terras (PEREIRA, 2007, p. 49).

Inicialmente, a intervenção do Estado se resumia, em grande medida, em um esforço de redução dos efeitos da seca, aplicando os recursos disponibilizados em obras como a construção de poços artesianos e açudes. Mas, a partir da década de 1940, com o advento da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, da Comissão do Vale do São Francisco e, posteriormente, do Banco do Nordeste do Brasil, o Estado brasileiro passaria a adotar uma abordagem menos restrita da situação, orientando a intervenção estatal não apenas a partir das condições climáticas, mas também tendo em consideração as estruturas produtiva e social locais, ainda que, segundo Pereira (2007), essa intervenção não tivesse como foco a alteração dessas estruturas, mas unicamente fomentar as atividades locais e explorar o seu potencial econômico. A criação da SUDENE – Superintendência de

Desenvolvimento do Nordeste – em 1959 viria, afinal, atender a necessidade de coordenação dos órgãos criados até então sob uma mesma ótica do problema.

De fato, segundo De Paula e Ferreira (2013), a SUDENE e os Planos Diretores implementados na década de 1960 dão início a um processo de expansão capitalista sob a tutela do Estado, buscando a integração da economia local ao restante do país e o fomento das atividades econômicas por meio de instrumentos como incentivos fiscais e financeiros, especialmente nos setores agroindustrial de reflorestamento e irrigação. Entretanto, ainda que o Estado tenha de fato conseguido alcançar alguns dos seus objetivos iniciais, modernizando a atividade agrícola e promovendo a industrialização da região – o que se traduziu na redução da população rural e um deslocamento da mão de obra das atividades primárias para a indústria e os serviços – o modelo de propriedade vigente historicamente na território não apenas não foi afetado como, pelo contrário, se viu reforçado e reproduzido por meio da atuação do Estado. A intervenção estatal, marcada pelo esforço empreendido na integração da mão de obra em outros setores da economia, promoveram um êxodo dos pequenos produtores para os centros urbanos, agravando o processo de concentração de terras. De Paula e Ferreira (2013), recorrendo a dados levantados por Rodrigues (2001), apontam que, no Norte de Minas Gerais

83,87% dos estabelecimentos [se encontram] no estrato até 100 hectares, ocupavam 16,26% da área. No estrato de 5.000 hectares ou mais, tinha-se 0,23%, dos estabelecimentos ocupando 26,36% da área total. Portanto os dados mostram uma quantidade relativamente maior de minifúndios na região e concentração maior da área nos estabelecimentos de grande porte. No estado de Minas Gerais, a concentração de área ocorre nos estabelecimentos de médio porte (RODRIGUES, 2001 apud DE PAULA E FERREIRA, 2013, p. 73).

As autoras destacam ainda uma relação entre a concentração de terras e o desenvolvimento da pecuária de corte associada às atividades reflorestadoras como principal atividade agropecuária da região, aproveitando-se dos projetos vinculados pela SUDENE que tinham as grandes propriedades como principais beneficiárias. O desenvolvimento histórico da pecuária nesse espaço se apoiou no modelo da grande propriedade rural, fortalecendo os principais grupos econômicos locais e aumentando as desigualdades sociais e a concentração dos recursos. Excluía-se, assim, os pequenos produtores da atividade e a atuação da SUDENE, especialmente na segunda metade da década de 1960, contribuiu largamente para a manutenção das estruturas tradicionais da atividade. Outra área privilegiada pelos investimentos estatais, as atividades

reflorestadoras, fortaleceram as relações de dominação econômica e social. De acordo com De Paula e Ferreira,

O reflorestamento/eucalipto provocou a desarticulação e desmembramento de pequenas unidades produtivas, uma vez que eram os grandes empresários urbanos e rurais responsáveis pela atividade, que também representou a penetração de grandes empresas em áreas devolutas. Além dos problemas ambientais causados pelo desmatamento e reflorestamento, as carvoarias também trouxeram grandes problemas sociais para o Norte de Minas, como o trabalho infantil e as péssimas condições de trabalho que famílias inteiras encontravam nos fornos de carvão (DE PAULA e FERREIRA, 2013, p. 74).

Fenômeno semelhante ocorreu no Nordeste mineiro. Miranda (2013) aponta que a intervenção do governo brasileiro na região do Jequitinhonha promoveu uma desestruturação do modelo de exploração econômico local em favor da agenda desenvolvimentista do Estado. Dada a trajetória de ocupação do território pautada na exploração mineral e as limitações impostas pelo tipo de solo e a estiagem, as atividades agrárias e pecuárias se desenvolveram em grande medida como produções acessórias da atividade principal. Com isso, o uso das terras, ao contrário do que ocorreu com o Norte, historicamente se sustentou em pequenas propriedades de cunho essencialmente familiar e de baixa produtividade. No entanto, a partir do esforço do governo brasileiro em promover ganhos de produtividade e a modernização tecnológica do setor produtivo, incentivos fiscais e financeiros passaram a ser concedidos visando a promoção das monoculturas na região.

Aproveitando-se da disponibilidade de recursos públicos, o Jequitinhonha passaria a receber as lavouras de café em torno dos anos 1970 como parte da tentativa de recuperação da produção cafeeira nacional. Paralelamente, uma série de investimentos em infraestrutura energética, rodoviária e de armazenamento foram promovidos visando a correção do isolamento do Jequitinhonha do resto do país e integrar a região definitivamente ao setor produtivo nacional. O desenvolvimento da cultura do eucalipto se insere nesse mesmo contexto e o modelo adotado de incentivo à sua produção apresentava estrutura muito semelhante àquele utilizado para o fomento da cafeicultura. A utilização da sua fibra como matéria prima para a produção de celulose em escala industrial ganhou relevo a partir dos anos de 1950 e, aproveitando-se da topografia favorável do Vale do Jequitinhonha, uma extensa porção de terras foi utilizada para a sua produção. Miranda (2013) aponta que, tanto na cultura do eucalipto quanto na do café, o governo federal promoveu políticas que favoreciam a expansão das lavouras em grandes

unidades produtivas, redundando não apenas na concentração da propriedade das terras, mas também em um processo de assalariamento do trabalhador rural.

Assim, as escolhas adotadas pelo Estado brasileiro visando a intervenção na realidade da região orientaram um modelo de investimento que conduziu para o processo de concentração fundiária no Jequitinhonha e alterou radicalmente as referências produtivas locais. De acordo com Miranda,

As ações governamentais de cunho intervencionista, que ocorreram no Vale do Jequitinhonha, sobretudo nos anos 1960, privilegiavam grandes empresas rurais, representantes da “modernização conservadora”, que se pautavam pela racionalidade produtivista, pela acumulação de capital e espoliação ambiental. [...] Em decorrência da introdução das lavouras empresariais no Vale, foram acentuadas as disparidades sociais intra-regionais, o que contrasta com os argumentos governamentais e órgãos competentes, que salientavam a importância da ocupação produtiva das terras do Jequitinhonha como forma de promoção do desenvolvimento e diminuição das disparidades econômicas locais (MIRANDA, 2013, p. 48).

2.3 Caracterização demográfica e econômica

Todos esses fatores, o modelo de ocupação, o desenvolvimento da estrutura produtiva e a trajetória de intervenção estatal, contribuíram para a construção de um cenário de fragilização da região Norte e Nordeste mineira. Essa condição é ressaltada por uma série de indicadores sociais, econômicos e demográficos, que evidenciam uma realidade completamente distinta das demais regiões do estado e sobre a qual o poder público não apenas deve estar ciente, mas, sobretudo, compreender, reconhecendo os seus mecanismos de funcionamento e relações de causalidade, de modo a garantir a efetividade da intervenção.

Sob essa lógica, é interessante, a princípio, colocar em pauta a definição do Semiárido nacional, em substituição ao Polígono das Secas, e a sua relação com a região objeto desta análise. O Semiárido é um espaço marcado por condições adversas quanto aos recursos hídricos locais, caracterizadas não apenas pela falta de chuvas, mas especialmente pela sua má distribuição e alta taxa de evapotranspiração (BRASIL, 2005). Compreende 1133 municípios brasileiros, dos quais 85 estão no estado de Minas Gerais, sendo 31 na região do Jequitinhonha e 54 na região Norte (ver figura 2.3.1).

Figura 2.3.1 – Semiárido brasileiro – Brasil, 2015



Fonte: Agência Nacional de Águas / Ministério da Integração Nacional

A área, como resultado do seu processo histórico de ocupação influenciado pelas condições climáticas, apresenta características demográficas que a distinguem do restante do país e, mais especificamente, colocam em evidência a desigualdade de condições dos municípios dentro de uma mesma unidade federativa. Nesse sentido, Minas Gerais constitui um caso emblemático. Dentre todos os estados com municípios dentro da região do Semiárido, Minas Gerais é aquele que apresenta a maior disparidade entre a realidade deste grupo de municípios e do estado como um todo. De acordo com a análise dos dados do Censo Demográfico de 2010 promovida pelo IBGE (2011), enquanto a parcela da população de até 14 anos no estado representa 22,4% do total, na área mineira do Semiárido essa proporção é de 27,3%; a participação da população em idade ativa

corresponde a 65,8% da população total para o estado de Minas Gerais, enquanto na sua região do Semiárido ela representa 61%.

Essa pequena comparação é significativa em dois sentidos: primeiro, sustenta mais uma vez o impacto das condições concretas sob a conformação da população local; segundo, evidencia o espaço de dualidades que Minas Gerais representa. De fato, as mesorregiões mineiras apresentam assimetrias patentes, de ordem social e econômica, constantemente em prejuízo do Norte, Jequitinhonha e Mucuri, como será mostrado a seguir. As dimensões que serão apresentadas naturalmente não esgotam a definição do cenário das regiões, mas são significativas para a construção do espaço de análise.

Primeiramente, é necessário apresentar a distribuição populacional do estado de Minas Gerais. Como pode ser apreendido pela tabela 2.3.1, que expõe as populações total e decomposta pela situação de residência de cada mesorregião do estado no ano de 2010, a região de análise, constituída pelo Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, reunia uma população total de 1.814.380 pessoas. Observa-se ainda que dentro do território mineiro a distribuição da população se dá de forma diferenciada, redundando em proporções distintas de participação das populações urbana e rural dentro de cada mesorregião. Assim, é possível constatar que Jequitinhonha (37,78%), Mucuri (32,30%) e Norte de Minas (30,56%) apresentam, respectivamente, as maiores proporções de habitantes vivendo nas zonas rurais. Em termos comparativos, a população rural do estado de Minas Gerais representa apenas 14,71% da população total, enquanto no outro extremo temos a Região Metropolitana de Belo Horizonte com apenas 4,67% da sua população vivendo na zona rural.

Tabela 2.3.1 – População por mesorregião – Minas Gerais, 2010

Mesorregião	População Urbana	Proporção Pop. Urbana	População Rural	Proporção Pop. Rural	População Total
Campo das Vertentes	468.746	84,56%	85.608	15,44%	554.354
Central Mineira	360.347	87,31%	52.365	12,69%	412.712
Jequitinhonha	435.162	62,22%	264.251	37,78%	699.413
Metropolitana de Belo Horizonte	5.944.870	95,33%	291.247	4,67%	6.236.117
Noroeste de Minas	286.618	78,22%	79.800	21,78%	366.418
Norte de Minas	1.118.294	69,44%	492.119	30,56%	1.610.413
Oeste de Minas	842.622	88,23%	112.408	11,77%	955.030
Sul/Sudoeste de Minas	1.980.222	81,20%	458.389	18,80%	2.438.611
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	1.960.028	91,40%	184.454	8,60%	2.144.482
Vale do Mucuri	260.924	67,70%	124.489	32,30%	385.413
Vale do Rio Doce	1.301.332	80,28%	319.661	19,72%	1.620.993
Zona da Mata	1.756.051	80,80%	417.323	19,20%	2.173.374
Total	16.715.216	85,29%	2.882.114	14,71%	19.597.330

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração própria

Esse cenário se reflete na relativa importância das três mesorregiões na população rural mineira, a despeito de sua participação reduzida na população total. A tabela 2.3.2 reúne as participações de cada mesorregião na população estadual, tanto por situação de residência quanto no total, e nos permite perceber que, se as populações do Jequitinhonha, Norte e Mucuri não representam uma parcela tão significativa da população do estado, totalizando apenas 13,75%, a suas participações na população rural têm um ganho significativo. É notável que o Norte de Minas reúne a maior população rural de Minas Gerais, representando 17,07% da população mineira vivendo na zona rural, o que contribui para que o agregado das três mesorregiões totalize 30,56% da população rural do estado.

Tabela 2.3.2 – Participação das populações das mesorregiões na população estadual – Minas Gerais, 2010

Mesorregião	Participação na Pop. Urbana Estadual	Participação na Pop. Rural Estadual	Participação na Pop. Estadual Total
Campo das Vertentes	2,80%	2,97%	2,83%
Central Mineira	2,16%	1,82%	2,11%
Jequitinhonha	2,60%	9,17%	3,57%
Metropolitana de Belo Horizonte	35,57%	10,11%	31,82%
Noroeste de Minas	1,71%	2,77%	1,87%
Norte de Minas	6,69%	17,07%	8,22%
Oeste de Minas	5,04%	3,90%	4,87%
Sul/Sudoeste de Minas	11,85%	15,90%	12,44%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	11,73%	6,40%	10,94%
Vale do Mucuri	1,56%	4,32%	1,97%
Vale do Rio Doce	7,79%	11,09%	8,27%
Zona da Mata	10,51%	14,48%	11,09%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração própria

Outra dimensão relevante é relativização da população pela dimensão do território. Apesar da sua limitação em indicar a efetiva distribuição da população pela superfície de um determinado território, densidade demográfica permite uma noção satisfatória da intensidade da sua ocupação. A tabela 2.3.3 traz a área e a densidade demográfica de cada mesorregião para o ano de 2010 e permite concluir que os territórios do Norte, Jequitinhonha e Mucuri apresentam baixo nível de ocupação, traduzido em uma densidade demográfica relativamente baixa, respectivamente 12,54, 13,95 e 19,18 habitantes por quilômetro quadrado, muito abaixo dos valores para o estado (33,41). É válido ressaltar ainda que as três regiões abrangem uma área de 198.691,3 km², mais de um terço do território de Minas Gerais.

Tabela 2.3.3 – Densidade demográfica, por mesorregião – Minas Gerais, 2010 (hab./km²)

Mesorregião	Área Geográfica	Densidade Demográfica
Campo das Vertentes	12.580,40	44,06
Central Mineira	31.747,00	13,00
Jequitinhonha	50.147,60	13,95
Metropolitana de Belo Horizonte	39.572,80	157,59
Noroeste de Minas	62.351,00	5,88
Norte de Minas	128.450,40	12,54
Oeste de Minas	24.037,80	39,73
Sul/Sudoeste de Minas	49.576,20	49,19
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	90.540,60	23,69
Vale do Mucuri	20.093,30	19,18
Vale do Rio Doce	41.713,70	38,86
Zona da Mata	35.710,80	60,86
Minas Gerais	586.521,60	33,41

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Ainda no que se refere à dimensão mais propriamente demográfica, destacamos um ponto de fundamental importância para este trabalho e que será discutido de forma mais detida ao longo das sessões seguintes. Trata-se da taxa de crescimento populacional apresentada pelas mesorregiões. A tabela 2.3.4 aponta as taxas anuais de crescimento populacional de cada mesorregião por década entre o período de 1970 e 2010 e nos permite perceber taxas abaixo da média estadual para Norte e, especialmente, o Jequitinhonha e Vale do Mucuri durante quase todo o período – exceção feita ao crescimento populacional de 1,72% ao ano apresentado pelo Norte de Minas entre os anos de 1980 e 1991, enquanto Minas Gerais cresceu à 1,49%. As duas últimas mesorregiões apresentaram taxas de crescimento entre as menores do estado em todos os períodos analisado, enquanto o Norte de Minas exibiu uma queda significativa no seu ritmo de crescimento a partir de 1991. Como será visto ao longo deste trabalho, a taxa de crescimento populacional de uma dada localidade é influenciada pelos componentes demográficos, fazendo com que em algumas regiões o saldo migratório positivo tenha maior influência no ritmo de crescimento, enquanto em outras as taxas de fecundidade elevadas compensem as perdas populacionais pela migração intra e interestadual. Mas cabe notar que, independente das especificidades de cada dinâmica, a trajetória de crescimento conduziu para que no último período de análise Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri apresentassem três das menores taxas de crescimento do estado, respectivamente 0,30% 0,76% e 0,12% ao ano.

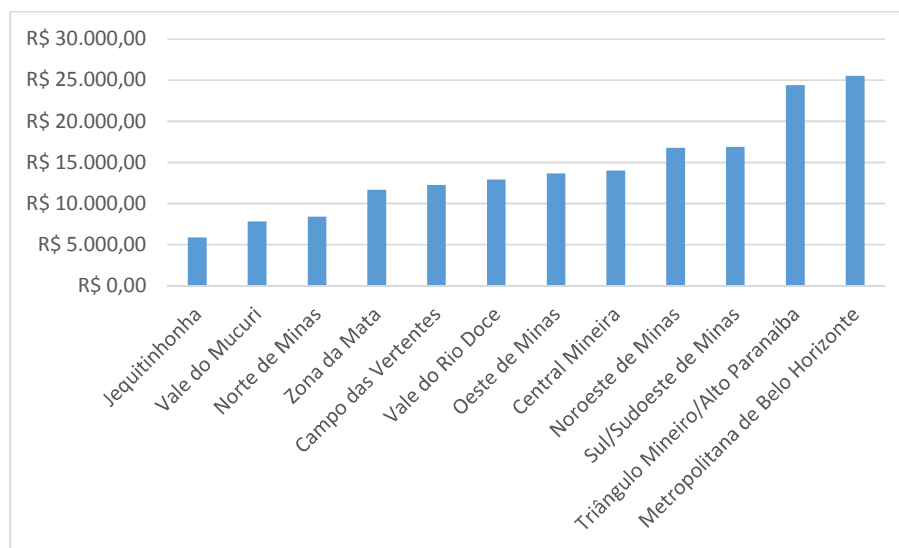
Tabela 2.3.4 – Taxa de crescimento anual por mesorregião – Minas Gerais, 1970-2010

Mesorregião	Taxa de crescimento a.a. 1970-1980	Taxa de crescimento a.a. 1980-1991	Taxa de crescimento a.a. 1991-2000	Taxa de crescimento a.a. 2000-2010
Campo das Vertentes	1,17%	1,06%	1,07%	0,81%
Central Mineira	0,19%	0,99%	1,00%	0,80%
Jequitinhonha	0,18%	0,78%	0,34%	0,30%
Metropolitana de Belo Horizonte	3,60%	2,30%	2,13%	1,10%
Noroeste de Minas	1,85%	0,82%	1,02%	0,92%
Norte de Minas	1,40%	1,72%	1,05%	0,76%
Oeste de Minas	1,41%	1,46%	1,62%	1,30%
Sul/Sudoeste de Minas	1,35%	1,49%	1,54%	0,81%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2,02%	1,62%	1,78%	1,38%
Vale do Mucuri	-1,21%	0,17%	-0,41%	0,12%
Vale do Rio Doce	0,16%	0,43%	0,54%	0,55%
Zona da Mata	0,40%	1,09%	1,06%	0,68%
Total	1,54%	1,49%	1,43%	0,91%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração própria

Na dimensão econômica, analisando o Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões em relação à sua população, um bom indicador de bem estar econômico, observamos que, para o ano de 2010, o Jequitinhonha, o Vale do Mucuri e o Norte são aquelas com o menor PIB per capita do estado de Minas Gerais, respectivamente R\$5.890,85, R\$7.805,51 e R\$8.424,22, como pode ser apreendido no gráfico 2.3.1. Destaca-se o contraste entre essas mesorregiões e a Região Metropolitana, que apresentou no mesmo período um PIB per capita de R\$25.505,34.

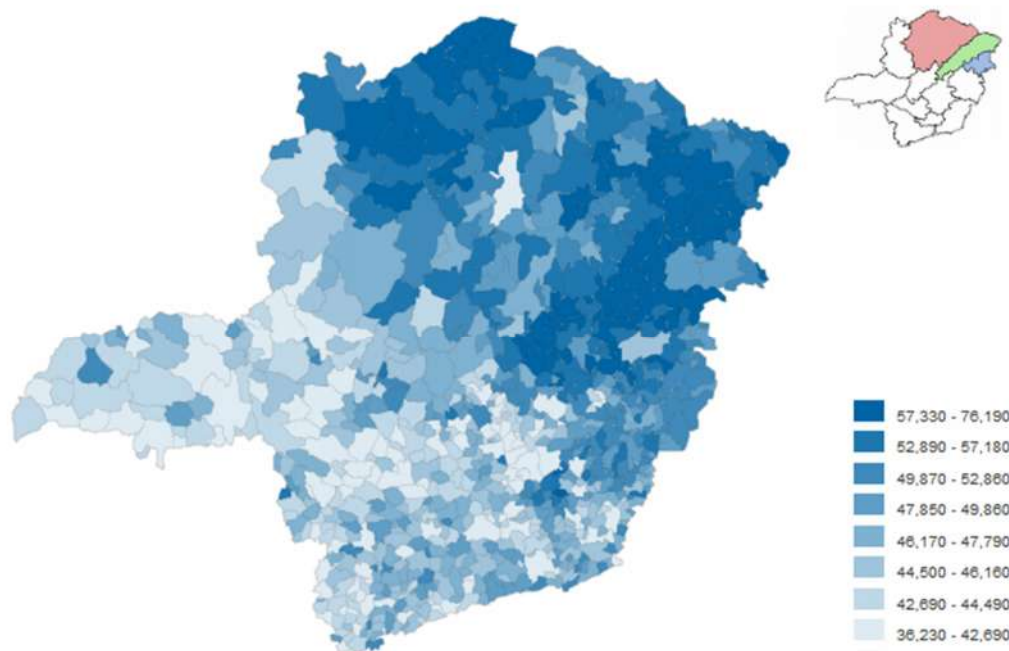
Gráfico 2.3.1 Produto interno bruto (PIB) per capita, a preços correntes, por mesorregião - Minas Gerais - 2010



Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (Conac) - Fundação João Pinheiro (FJP), Centro de Estatística e Informações (CEI) – Elaboração própria.

O que cabe notar aqui é que esta não é uma situação isolada e a posição relativa dessas regiões dentro do estado se mantém em outros indicadores, como a razão de dependência. Este indicador é calculado pela razão entre o número de pessoas com 14 anos ou menos e 65 anos ou mais de idade, a chamada população dependente, e as pessoas entre 15 e 64 anos de idade, considerada a população potencialmente ativa. Dessa forma, valores mais elevados sugerem que uma parcela maior da população é dependente da população potencialmente produtiva. A figura 2.3.1 mostra as razões de dependência dos municípios mineiros para o ano de 2010, ostentando um padrão que sugere maiores proporções de população dependente nas regiões Norte e Nordeste do estado.

Figura 2.3.1 – Razão de Dependência, por município. Minas Gerais - 2010

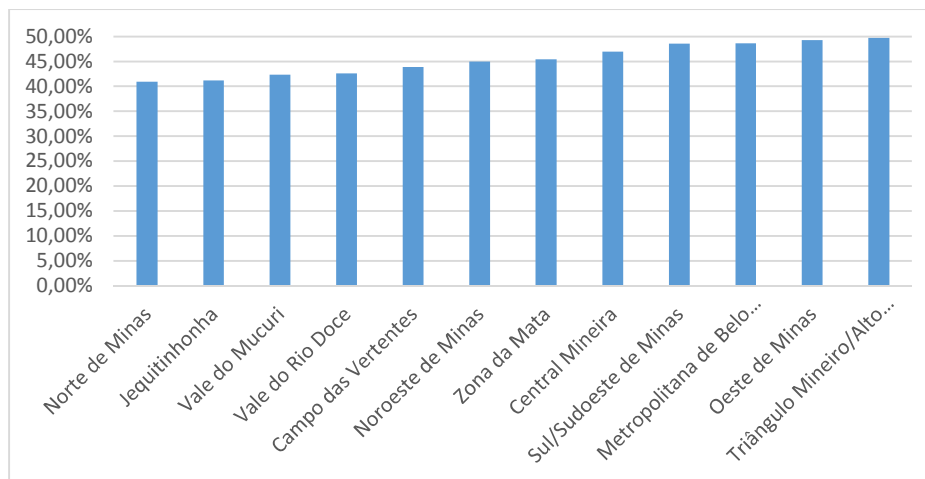


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

A razão de dependência, no entanto, pode não refletir adequadamente a dependência econômica, dadas as contingências do mercado de trabalho que redundariam na exclusão de parcelas da população potencialmente produtiva. Nesse sentido, um segundo indicador pode contribuir para a configuração do cenário de dependência: a proporção da população economicamente ativa sobre a população total. De forma bastante reduzida, a população economicamente ativa, ou PEA, consiste no conjunto de pessoas que exerceram algum tipo de atividade econômica, remunerada ou não, e aquelas maiores de 10 anos que buscaram trabalho nos dois meses anteriores ao Censo. O gráfico

2.3.2 traz as proporções da PEA sobre a população total por mesorregião para o ano de 2000 e, neste caso, valores menores indicam maiores parcelas da população em situação de dependência. Mais uma vez, apoiando-se nos extremos, os dados para o Norte de Minas Gerais, com uma PEA representando 40,91% da população total, indicam que 59,09% da população depende dos rendimentos dessa população empregada ou buscando emprego. Da mesma forma, a proporção representada pela PEA de 41,16% no Jequitinhonha e 42,32% no Vale do Mucuri apontam para uma significativa população dependente nessas mesorregiões. Comparativamente, no outro extremo encontra-se a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com uma PEA de 49,76%, e uma população dependente de apenas 50,24%.

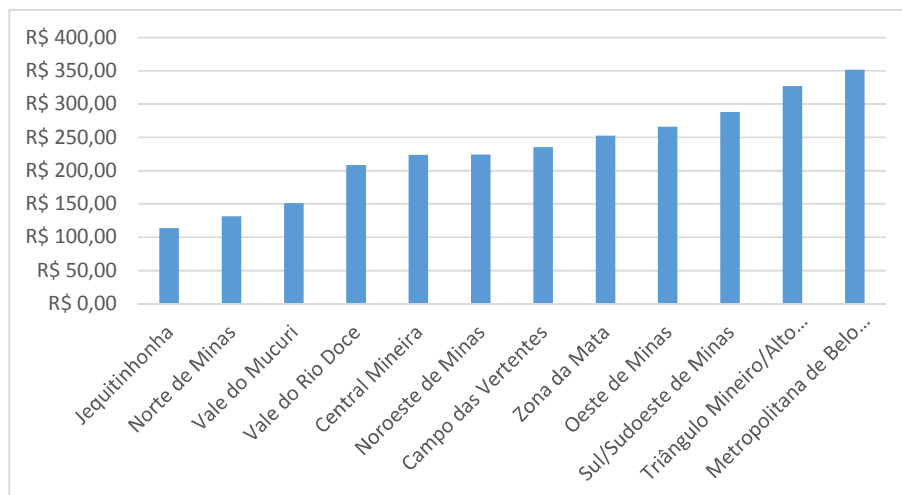
Gráfico 2.3.2 Percentual da população economicamente ativa (PEA), por mesorregião – Minas Gerais - 2000



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), baseado no Censo Demográfico – Elaboração própria

Essa situação se agrava quando se coloca em perspectiva a renda per capita. Ela consiste na razão entre o total de rendimentos recebidos no mês anterior à data de referência do Censo e a população total e, assim como o PIB per capita, pode ser utilizado como uma medida de bem estar econômico. Como observado no Gráfico 2.3.3, a renda per capita da mesorregião do Jequitinhonha (R\$ 113,42), do Norte de Minas (R\$ 131,84) e do Vale do Mucuri (R\$ 151,26) são as três mais baixas do estado, significativamente mais baixas que a quarta menor renda do estado de Minas Gerais, o Vale do Rio Doce (R\$ 208,53).

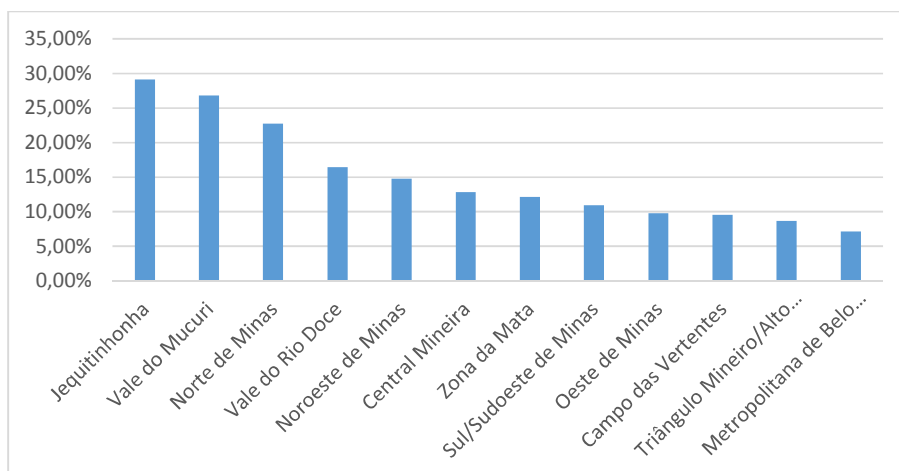
Gráfico 2.3.3 Renda per capita, a preços do ano 2000, por mesorregião – Minas Gerais - 2000



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Elaboração própria

Recorrendo agora aos dados referentes à educação, notamos que a assimetria inter-regional se faz presente de forma semelhante. Os indicadores de educação representam importante medida da capacidade de inclusão social e econômica, associando-se desde à participação política até à produtividade da mão de obra. Depreende-se daí que a caracterização das mesorregiões a partir desses indicadores permite ampliar a compreensão das desigualdades regionais. Assim, o gráfico 2.3.4 dispõe os percentuais de pessoas com 15 anos de idade ou mais que não sabem ler ou escrever dentro de cada mesorregião para o ano de 2000 e, mais uma vez, as três mesorregiões objeto desta análise exibem os piores números. O Jequitinhonha (29,11%), o Vale do Mucuri (26,82%) e o Norte de Minas (22,72%) apresentam elevadas proporções de analfabetos em suas populações, enquanto no Campo das Vertentes, no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e na Região Metropolitana os analfabetos com mais de 15 anos representam respectivamente 9,52%, 8,67% e 7,16%.

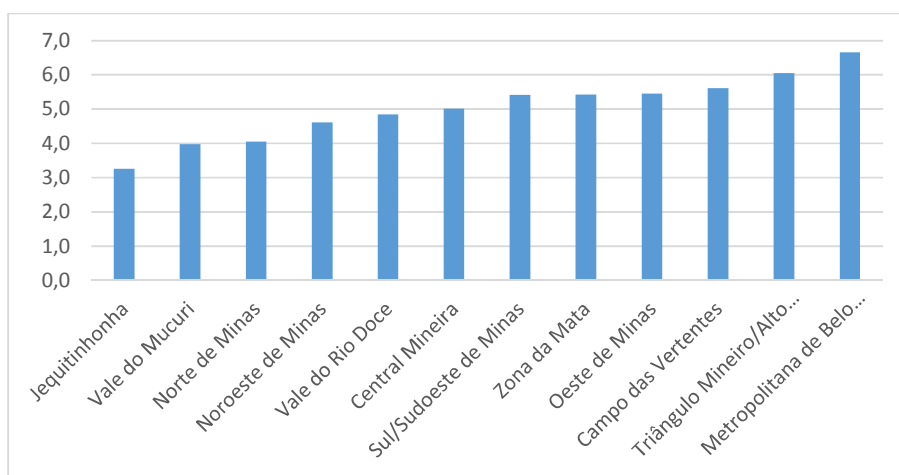
Gráfico 2.3.4 Percentual de analfabetos, por mesorregião – Minas Gerais - 2000



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Elaboração própria

Seguindo a mesma tendência, os dados com relação à média de anos de estudo reforçam a situação de precariedade das três mesorregiões na área da educação. A mesma desigualdade regional apontada até aqui pode ser observada também no gráfico 2.3.5 com a distribuição das médias de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais de idade. O destaque negativo fica, novamente, com o Jequitinhonha, com 3,3 anos de estudo em média. O Vale do Mucuri, com média de 4 anos, e o Norte, com 4,1, representam, respectivamente, a segunda e terceira pior média. No extremo oposto, temos o Campo das Vertentes com 5,6 anos, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba com 6,1 anos e a Região Metropolitana de Belo Horizonte com 6,7 anos de estudo em média.

Gráfico 2.3.5 Média de anos de estudo, por mesorregião – Minas Gerais - 2000



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – Elaboração própria

Finalmente, concluímos esta contextualização trazendo os dados do IDH-M, para sintetizar as informações apresentadas. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, o IDH-M utiliza a mesma lógica do IDH Global, sustentando-se em três dimensões, a renda, a educação e a longevidade, mas com uma metodologia mais adequada à realidade dos municípios brasileiros e, portanto, capacitado à instrumentalizar a análise do desenvolvimento municipal e das condições apresentadas pela população local no que se refere ao seu padrão de vida, o acesso ao conhecimento e a perspectiva de uma vida saudável. O índice varia entre 0 e 1 e indica maior desenvolvimento humano quanto mais próximo estiver de 1. A partir da tabela 2.3.5, com os índices para o Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri e para o estado de Minas Gerais, observa-se a posição de inferioridade dessas três mesorregiões em quase todas as dimensões do IDH-M, evidenciando a situação de fragilidade das populações locais em relação ao restante do estado.

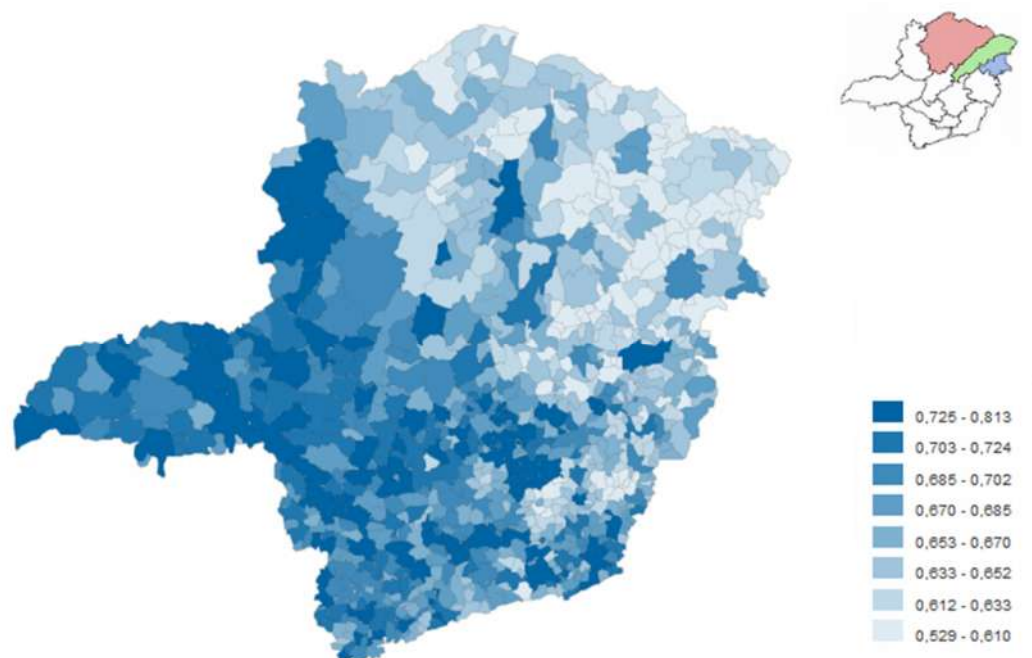
Tabela 2.3.5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Dimensões – Minas Gerais, 2010

Mesorregião	IDH-M	IDH-M Educação	IDH-M Longevidade	IDH-M Renda
Jequitinhonha	0,687	0,595	0,859	0,634
Norte de Minas	0,655	0,529	0,824	0,644
Vale do Mucuri	0,628	0,510	0,801	0,607
Minas Gerais	0,731	0,638	0,838	0,730

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Fundação João Pinheiro – Elaboração própria

De fato, diante da distribuição dos índices municipais pelo território mineiro, um padrão de regionalização do desenvolvimento fica claro. Neste sentido, a figura 2.3.2 evidencia a distinção entre os territórios do Oeste e Centro-Sul, de um lado, e do Norte e Nordeste do estado, de outro, em grande prejuízo dos últimos. Apesar dos focos de desenvolvimento dentro do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, de um modo geral se observa a predominância de municípios com índices mais baixos nessas mesorregiões.

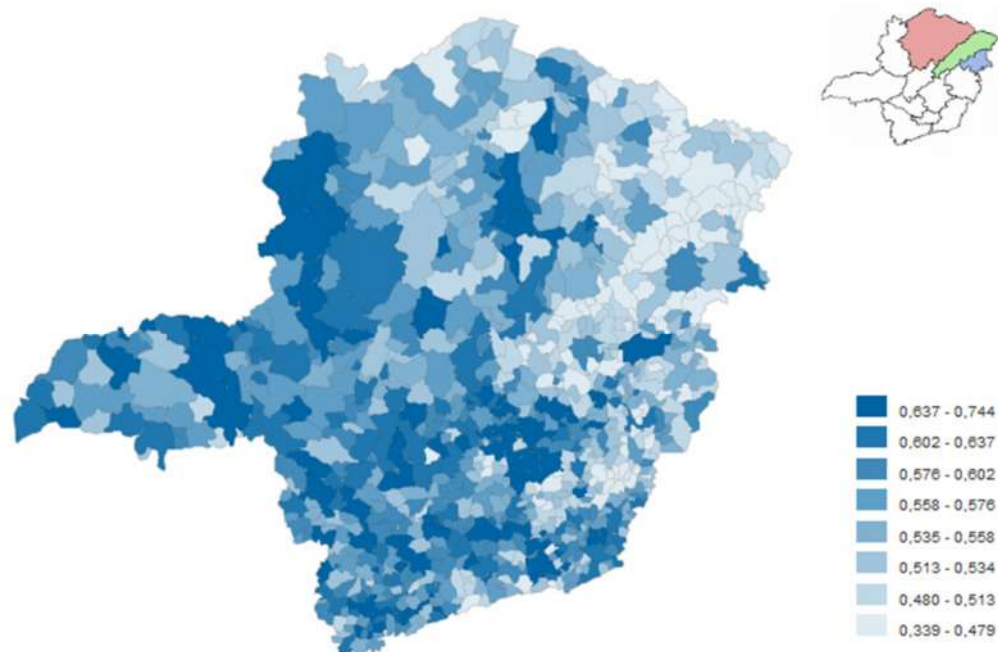
Figura 2.3.2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, por município – Minas Gerais, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Fundação João Pinheiro – Elaboração própria

Em seguida, o índice é destrinchado para cada uma das suas dimensões de modo a evidenciar o impacto de cada uma no cenário regional, mas veremos que o padrão de regionalização apontado anteriormente se mantém de forma razoável. A primeira a ser apresentada é a dimensão Educação. O IDH-M Educação reúne indicadores tanto para a população adulta, medido por meio do nível de escolaridade, quanto para a população jovem, por meio do fluxo escolar. No primeiro caso, o índice busca integrar à análise o desempenho dos sistemas educacionais anteriores, enquanto o último reflete a adequação da série cursada pelas crianças às suas respectivas idades. Coloca-se em questão, no entanto, a limitação do indicador educacional para a população jovem à momentos específicos da trajetória escolar e, no que se refere à população adulta, é possível sugerir a defasagem de um critério que ainda toma como referência o ensino fundamental completo, considerando o contexto atual onde o acesso ao ensino médio se encontra mais aberto. Ainda que, como é percebido na figura 2.3.3, a assimetria regional não se apresente com a mesma intensidade na distribuição dos índices municipais nesta dimensão, pelo menos em relação aos outros indicadores e índices utilizados neste trabalho, é possível observar grandes segmentos de baixo IDH-M Educação, especialmente no Jequitinhonha.

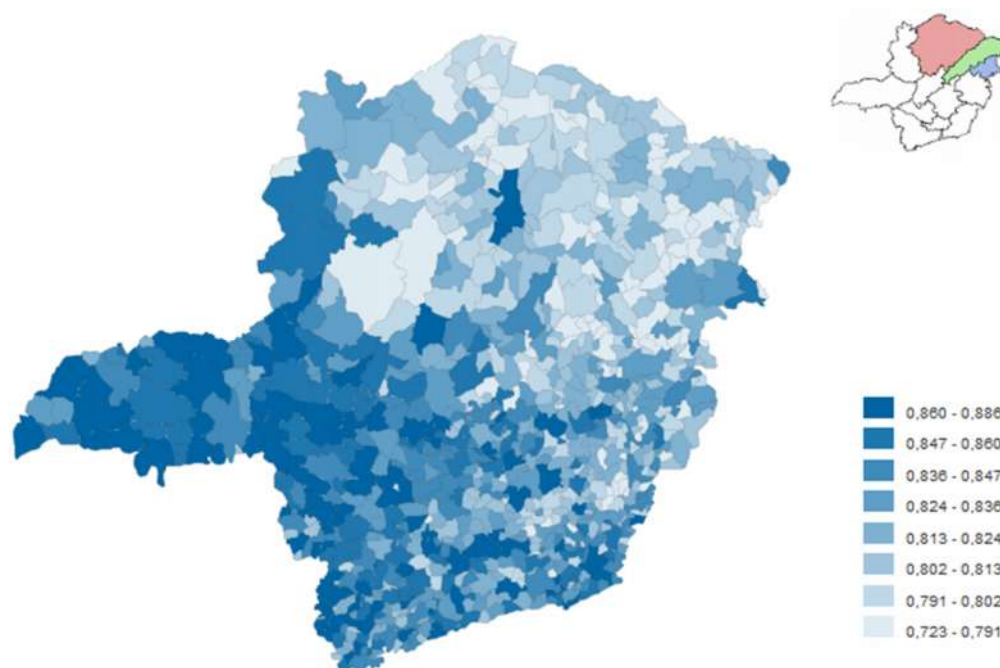
Figura 2.3.3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Educação, por município – Minas Gerais, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Fundação João Pinheiro – Elaboração própria

A segunda dimensão do IDH-M a ser introduzida é a Longevidade. O IDH-M Longevidade se baseia na esperança de vida ao nascer, permitindo refletir as condições sociais, de saúde e de salubridade do município. A principal limitação desse índice é o fato de que os padrões de mortalidade municipais são inferidos tendo o padrão estadual por referência, apesar das potenciais assimetrias regionais dentro do mesmo estado. Mais uma vez, é possível identificar um padrão na distribuição do índice pelos municípios mineiros, com valores mais baixos ao norte e valores mais elevados ao sul, especialmente na proximidade com o estado de São Paulo (figura 2.3.4).

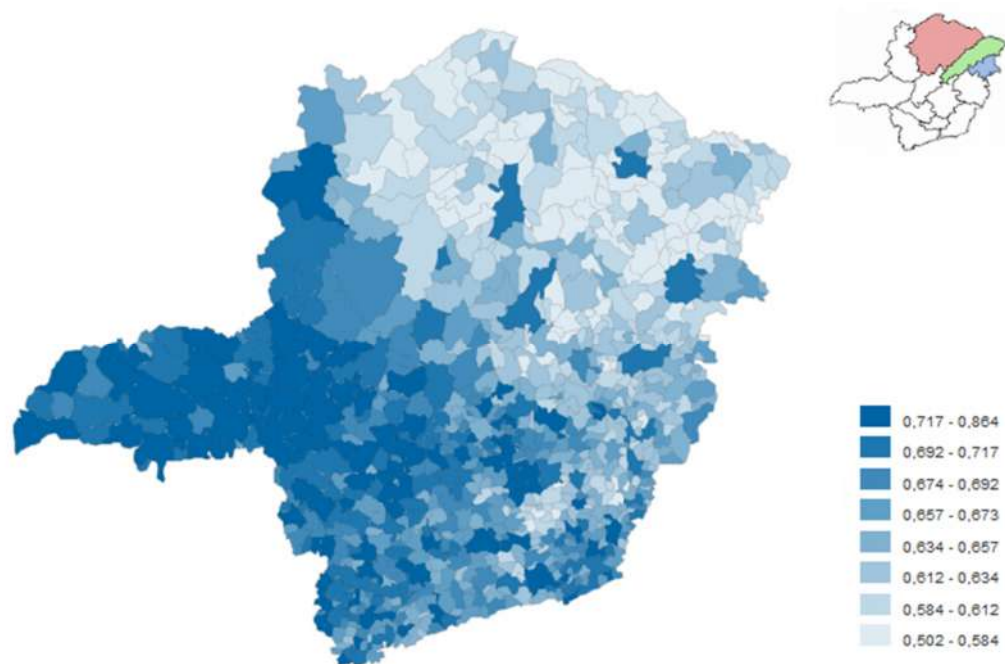
Figura 2.3.4 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Longevidade, por município – Minas Gerais, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Fundação João Pinheiro – Elaboração própria

Finalmente, fechamos a apresentação do IDH-M com a introdução da sua dimensão Renda. Esse índice parte da renda per capita para inferir a capacidade da população do município em garantir o acesso a recursos básicos, como moradia, alimento e água. Contudo, por conta das limitações do indicador de referência, o IDH-M Renda não permite medir a desigualdade da distribuição de renda dentro do município. Apesar disso, a desigualdade estadual fica clara na distribuição dos índices municipais, como atestado na figura 2.3.5, reforçando o padrão anteriormente apontado. Ressalta-se ainda a existência de cidades com padrão de desenvolvimento muito acima da mesorregião onde se encontra, configurando assimetrias também no âmbito intrarregional.

Figura 2.3.5 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Dimensão Renda, por município – Minas Gerais, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano e Fundação João Pinheiro – Elaboração própria

Sobre o cenário construído até aqui se desenvolveria um padrão específico de transição demográfica e de dinâmica migratória, reforçando a situação de fragilização do Norte e Nordeste de Minas Gerais. Nas sessões seguintes os componentes demográficos serão apresentados e discutidos sob a forma com que se apresentam primeiramente a nível nacional e estadual para depois enfocarmos na dimensão mais propriamente mesorregional.

3 Transição Demográfica

A transição demográfica representa uma mudança no comportamento dos componentes demográficos, com redução das taxas de fecundidade e mortalidade, o que, por sua vez, teria consequências extensas sobre a estrutura etária. Para Brito (2008), subsumir o processo de transição demográfica brasileiro ao modelo tradicionalmente associado aos chamados países em desenvolvimento não deve ocultar as suas especificidades, dada a combinação singular de elementos de ordem econômica, social e histórica que o levaram a efeito. Da mesma forma, o processo nacional é determinado pela multiplicidade de condicionalidades regionais que encerra, permitindo concluir que cada região observa um processo de transição demográfica distinto e específico para o seu contexto.

Assim, apesar da transição ser um processo de fato observado generalizadamente nos diversos estados da federação, não podemos concluir que ele apresenta a mesma intensidade nos diferentes locais (FERREIRA et al., 2012). Deve-se reconhecer aqui que a transição não é cega às assimetrias locais e potencialmente favorece determinadas conjunturas em detrimento de outras, cabendo ao poder público impor a equidade de condições onde a lógica de mercado acaba por restringir a ação de determinados setores sociais (BRITO, 2008). Contudo, é possível reconhecer um sentido comum nos diversos padrões, conduzindo para uma constante de diminuição das taxas de fecundidade e de mortalidade, acarretando uma redução da população jovem e ampliação da população idosa por todo o território nacional.

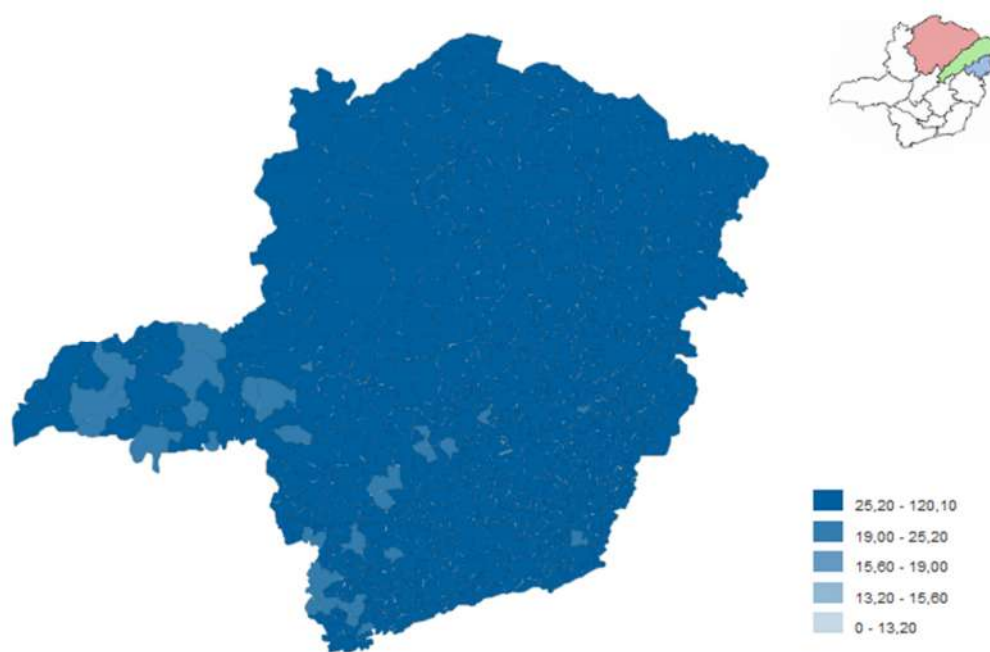
3.1 Mortalidade

A redução da mortalidade no Brasil teve início ainda na década de 1940, sendo observada para todas as faixas etárias sem distinção de sexo. A redução persiste até o período atual, ainda que já não apresente a mesma intensidade das décadas anteriores. Suas consequências para a longevidade da população são evidentes, contribuindo para o envelhecimento da população. Decorre daí a sua influência também sobre as taxas de crescimento, diretamente, ao reduzir o passivo do crescimento vegetativo, e indiretamente, considerando que, na medida em que a redução da mortalidade das mulheres em idade reprodutiva representa um incremento potencial no número de

nascimentos. Mas cabe notar que o arrefecimento do ritmo de queda das taxas de mortalidade, graças à maturidade já alcançada pelo processo ao longo das décadas passadas, faz com que a fecundidade e a migração exerçam atualmente impactos mais significativos sobre o crescimento populacional (FERREIRA et al., 2012). Por esse motivo, e dada a proposta do presente trabalho, não nos deteremos muito sobre a discussão da evolução das taxas de mortalidade no Brasil e em Minas Gerais, apenas na medida em que contribua para o delineamento das condições regionais. Assim, dentre as diversas medidas de mortalidade, destacaremos aqui duas, a mortalidade infantil e a expectativa de vida.

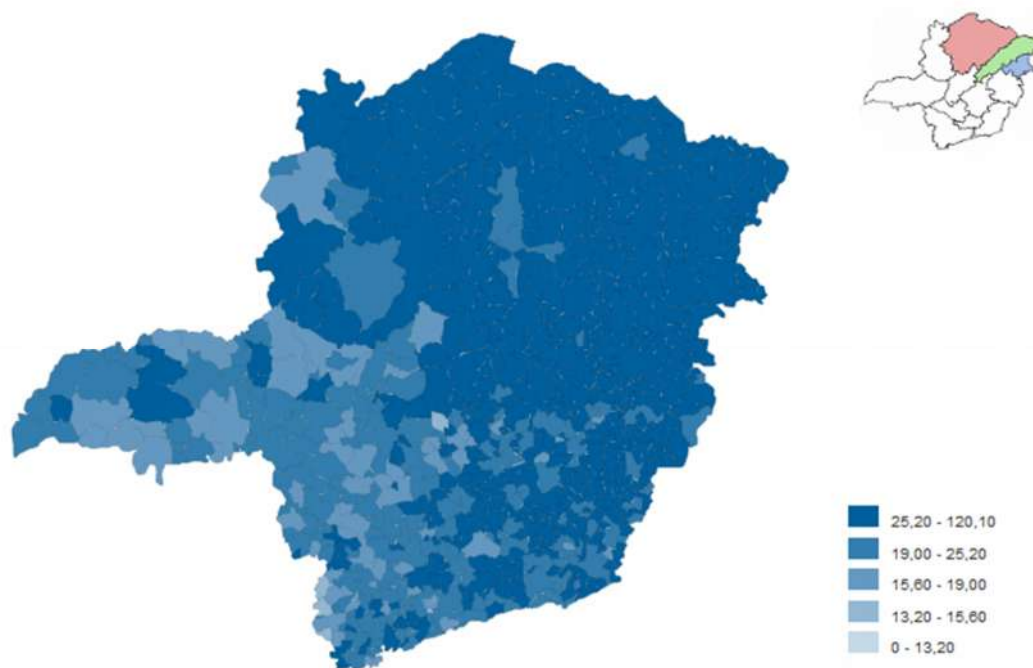
A taxa de mortalidade infantil, número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade a cada mil crianças nascidas vivas, oferece um bom indicador de acesso aos serviços de saúde e de qualidade de vida, seguindo daí a sua relevância para esta análise. Com base nas taxas para o Brasil e para Minas Gerais, Ferreira et al. (2012) apontam uma convergência no comportamento dos dados, com redução dos valores para níveis bastante próximos (17,6 e 17,4, respectivamente) e essa tendência pode ser observada também no nível municipal. As figuras 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 retratam, respectivamente, a distribuição das taxas de mortalidade infantil para os municípios mineiros nos anos de 1991, 2000 e 2010 e conjuntamente evidenciam o reflexo local do referido comportamento.

Figura 3.2.1 – Mortalidade infantil, por município – Minas Gerais, 1991



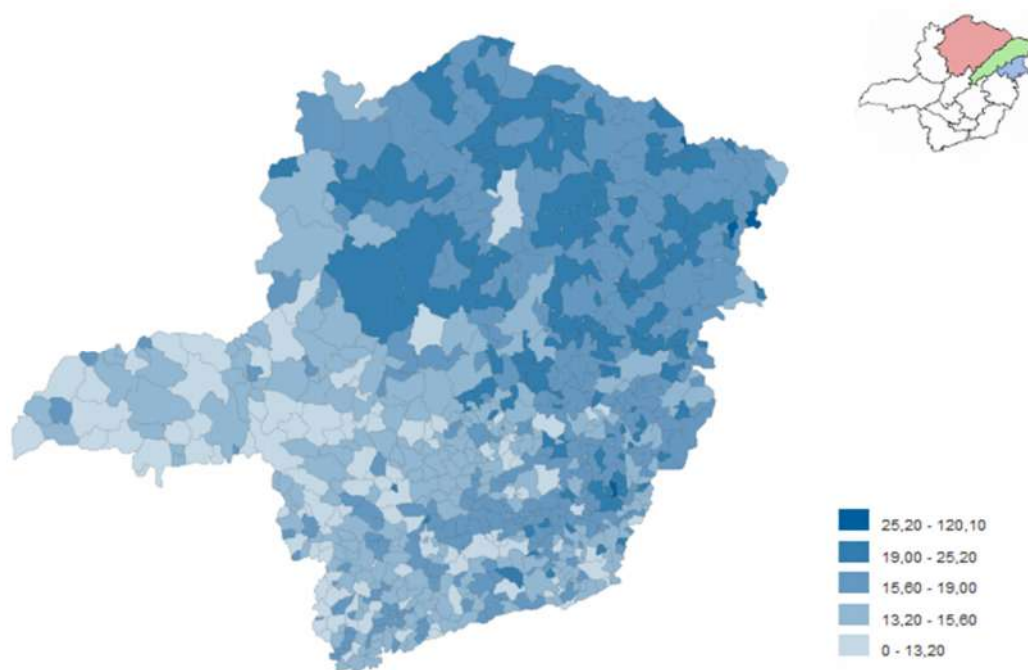
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Figura 3.2.2 – Mortalidade infantil, por município – Minas Gerais, 2000



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Figura 3.2.3 – Mortalidade infantil, por município – Minas Gerais, 2010

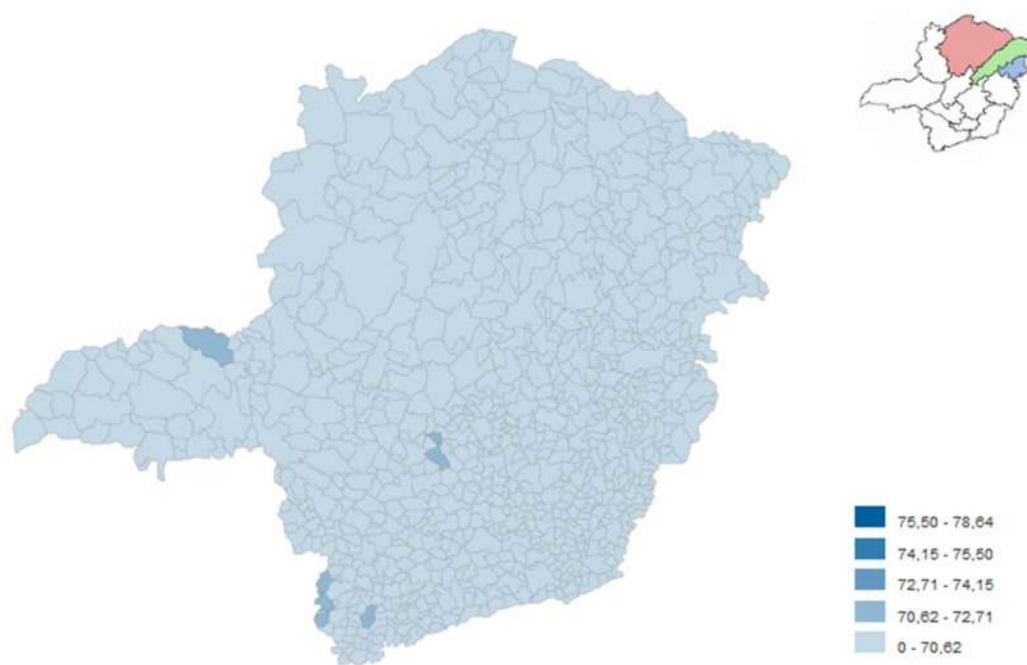


Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Fica explícito nessa sequência de figuras a trajetória de redução da mortalidade infantil durante o período destacado, importando ressaltar, neste caso, a persistência de taxas mais elevadas nas regiões menos desenvolvidas ao Norte e Nordeste do estado, coincidindo em grande medida com as mesorregiões do Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Se é possível associar essa evolução geral à expansão da prestação de serviços públicos nas áreas de saúde, saneamento básico e segurança nutricional, bem como do acesso à educação e à informação, a assimetria observada na distribuição das taxas pelo estado responde também à desigualdade ainda presente no acesso a esses serviços.

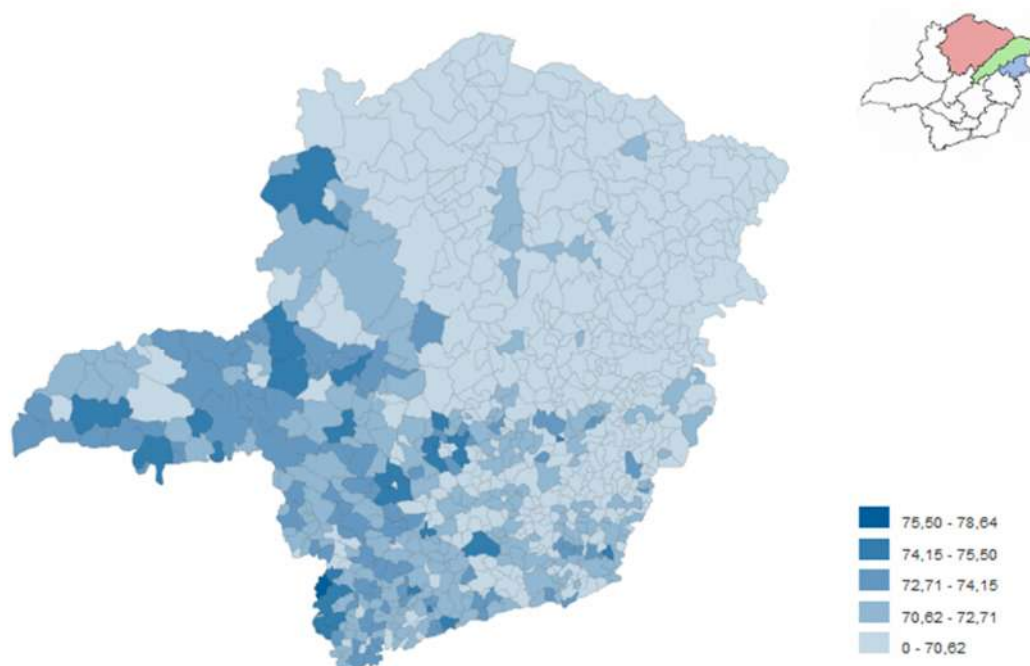
A mesma tendência é mostrada nos dados para a expectativa de vida, a expectativa média de anos de vida a partir de determinada idade, neste caso, a expectativa de vida ao nascer. Novamente, Brasil e Minas Gerais apresentam comportamento semelhante nesse indicador, com evolução gradativa e constante ao longo dos anos. Segundo os dados levantados por Ferreira et al. (2012), no Brasil a expectativa de vida ao nascer era de 66,9 anos em 1991, 70,4 em 2000 e 73,3 em 2009. Minas Gerais apresentou valores sensivelmente maiores, 69 anos em 1991, passando para 72,7 em 2000 e 75,2 em 2009, confirmando a tendência de aumento das taxas. Dentro do estado, da mesma forma como ocorre com a mortalidade infantil, existe grande assimetria na expectativa de vida entre os municípios mineiros, com um padrão de evolução das taxas seguindo modelo muito semelhante àquele. As figuras 3.2.4, 3.2.5 e 3.2.6 mostram a distribuição das expectativas de vida ao nascer pelos municípios nos anos de 1991, 2000 e 2010, respectivamente, e em conjunto oferecem um vislumbre da evolução desse indicador no período indicado.

Figura 3.2.4 Expectativa de vida, por município – Minas Gerais, 1991



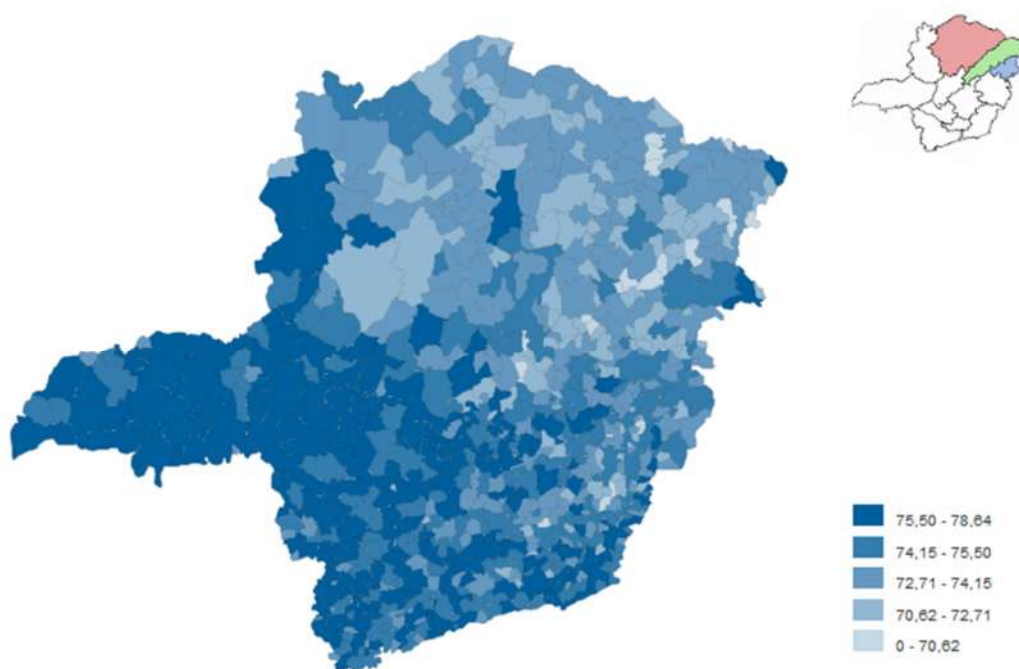
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Figura 3.2.5 Expectativa de vida, por município – Minas Gerais, 2000



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Figura 3.2.6 Expectativa de vida, por município – Minas Gerais, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

É interessante observar tanto nessa sequência de figuras, quanto naquelas relacionadas à mortalidade infantil (3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3), que a evolução dos indicadores parece seguir a mesma direção, do limite com o estado de São Paulo para dentro do território de Minas Gerais, diagonalmente do sudoeste para o nordeste, sugerindo uma influência daquele estado sobre os fatores condicionantes do aumento da expectativa de vida e redução da mortalidade infantil.

3.2 Fecundidade

A exemplo do que foi dito com relação à taxa de mortalidade, a redução das taxas de fecundidade representa alterações significativas na estrutura etária da população brasileira, bem como no padrão de crescimento populacional (IBGE, 2010; HORTA, 2014). Neste caso, a redução promove o envelhecimento da população ao diminuir a população jovem e afeta o crescimento negativamente reduzindo o ativo do crescimento vegetativo. O processo de redução das taxas de fecundidade no Brasil pode ser observado desde a década de 1960, sobretudo nas regiões de maior dinamismo econômico do país. Observava-se então, trajetória semelhante à ocorrida nos países desenvolvidos, onde a transição demográfica teve seu início primeiro nas áreas mais desenvolvidas para depois

se expandir para o restante da população (CARVALHO e BRITO, 2005). Essa comparação se faz necessária para retomar a lógica encerrada na ideia de transição demográfica apresentada no início desta sessão. A compreensão do fenômeno de transição demográfica no Brasil não pode ser entendido de forma isolada, exigindo a consideração da perspectiva internacional e da forma com que o caso brasileiro se insere em uma agenda mais ampla.

Carvalho e Brito (2005) apontam que o período pós Segunda Guerra Mundial viu um processo generalizado de redução das taxas de mortalidade nos países em desenvolvimento, concomitantemente às altas taxas de fecundidade tradicionalmente observadas, o que se traduziu em níveis elevados de crescimento populacional. Este cenário, segundo algumas correntes teóricas, permitiria um incremento sem paralelo da mão de obra disponível, a qual, por meio dos movimentos migratórios, se distribuiria naturalmente pelas áreas urbanas, mais produtivas e de maior progresso tecnológico, promovendo um impulso econômico sustentado no crescimento populacional. Finalmente, a expansão do processo de urbanização, com a concentração das populações nas cidades, provocaria a redução das taxas de fecundidade e, conseqüentemente, o arrefecimento do crescimento populacional, seguindo a experiência dos países desenvolvidos em períodos anteriores. Mas a persistência do elevado ritmo de crescimento e o processo de urbanização desordenado dos países em desenvolvimento mudaram a visão otimista dos organismos internacionais.

O advento da Guerra Fria e a expansão dos regimes comunistas pelo mundo, especialmente com as revoluções chinesa e cubana, foram o incentivo necessário para que os Estados Unidos implantassem uma política de colaboração econômica, política e militar com os países da América Latina, colocando na pauta internacional a importância de conter o crescimento demográfico dos países em desenvolvimento. A partir desse ponto, as políticas de controle de natalidade passaram a compor os pacotes de colaboração e a pressão pela sua implementação se estendeu por todos os países em desenvolvimento. Essa pressão, contudo, não se concretizou na efetiva promoção de políticas públicas de controle de natalidade por parte do governo brasileiro, muito por conta da ausência de uma percepção homogênea sobre o problema entre os grupos de sustentação ao regime militar. Isso não impediu que setores do governo favoráveis ao controle estatal da natalidade e organizações supranacionais alinhadas com essa perspectiva agissem com certa liberdade, especialmente no Nordeste brasileiro.

O que poderíamos chamar de primeira medida oficial no sentido da promoção do planejamento familiar foi o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) de 1983, em iniciativa do Ministério da Saúde (CARVALHO e BRITO, 2005; OSIS, 1998). O PAISM foi desenvolvido em convergência com o movimento organizado de mulheres – postura evidenciada inclusive na composição da comissão destacada para a redação do programa – e buscava aplicar um conceito de atenção integral à saúde das mulheres, desconstruindo um modelo de atendimento pautado na dimensão reprodutiva. O programa apresentava entre as suas diretrizes aspectos voltados ao controle da fecundidade, sob a premissa de que o Estado deve atuar no sentido de promover o acesso equânime à informação e aos instrumentos de planejamento familiar. A sua atuação, longe de ser coercitiva, buscava promover uma atenção à mulher não apenas sob o aspecto médico, mas, sobretudo, educativo (OSIS, 1998), alinhado com a proposta dos movimentos femininos de empoderamento da mulher na determinação do seu papel social e da liberdade de arbitrar sobre o próprio corpo. A democratização plena do acesso aos meios de planejamento familiar, contudo, não teria sido alcançada, na ótica de Carvalho e Brito (2005), apesar da queda generalizada das taxas de fecundidade em todo o Brasil. Segundo os autores

As dificuldades impostas pela seletividade do mercado e as deficiências dos serviços de saúde pública para a grande maioria da população feminina pobre ainda mantêm muitas mulheres como reféns da desinformação e da falta de acesso aos meios anticoncepcionais. Isto impede que vivam plenamente os seus direitos, já limitados pela própria pobreza: de fato, vivem uma cidadania limitada (CARVALHO e BRITO, 2005, p. 365).

A seletividade sugerida pelos autores reflete o processo de redução das taxas de fecundidade no país, inclusive a forma com que reproduzem as assimetrias regionais. Como já foi colocado, a redução das taxas de fecundidade no país iniciou-se na região Sudeste, graças a uma conjunção de fatores de ordem socioeconômica e de organização espacial, impondo uma forte diferenciação em relação às altas taxas observadas no restante do país. A expansão desse comportamento para as regiões menos dinâmicas se deu por via da “difusão de padrões de consumo do Centro-Sul [...], que podem ter tido influência no número de filhos desejáveis” (IBGE, 2010), reduzindo, assim, as taxas de fecundidade nas demais partes do território nacional, sem, contudo, atingir as desigualdades regionais. A partir dos anos 1980, a viabilização do acesso das populações carentes às práticas contraceptivas contribuiu para esse processo de convergência das taxas entre as áreas mais e menos desenvolvidas, mas, ainda que em menor intensidade,

é possível observar a permanência de padrões de fecundidade diferenciando as regiões mais e menos dinâmicas.

Para ilustrar essa colocação, distribuimos na tabela 3.2.1 as taxas de fecundidade total dos estados brasileiros separados por região. A taxa de fecundidade total representa o comportamento reprodutivo das mulheres de uma dada região em um período de tempo determinado, correspondendo à média de filhos que cada mulher teria ao final do seu período reprodutivo (FERREIRA et al., 2012; CARVALHO, SAWYER e RODRIGUES; 1998). Observa-se, então, a despeito da tendência de queda em todos os estados, taxas relativamente mais altas no Norte e Nordeste, enquanto o Sul e Sudeste apresentaram as taxas de fecundidade mais baixas do país – enquanto os valores para o Sudeste em 2010 oscilaram entre 1,66 e 1,8, o Norte ostentou taxas entre 2,16 e 2,95, significativamente acima da taxa de fecundidade total para o Brasil, 1,89. Ao mesmo tempo, ainda na tabela 3.2.1, se tomarmos como referência a taxa de queda da fecundidade para o Brasil entre os anos de 1991 e 2010, 2,19% ao ano, veremos que tanto os estados do Norte quanto os do Nordeste apresentaram ritmos de queda acima do padrão nacional, ao passo em que, das regiões restantes, apenas o estado do Espírito Santo (2,26% ao ano) não apresentou ritmo de queda inferior.

Tabela 3.2.1 – Taxa de fecundidade total por estado, Brasil – 1991-2010

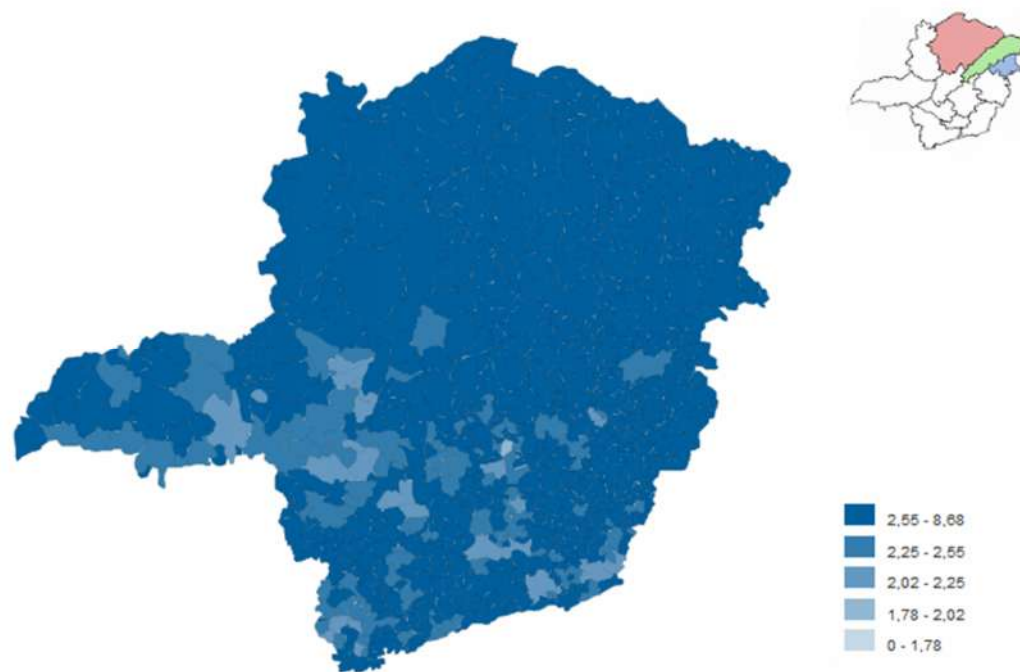
Lugar	Taxa de fecundidade total (1991)	Taxa de fecundidade total (2000)	Taxa de fecundidade total (2010)	Taxa de redução da fecundidade a.a. (1991-2010)
Norte				
Acre	4,86	3,42	2,95	2,59
Amapá	4,72	3,63	2,48	3,33
Amazonas	4,50	3,45	2,59	2,87
Pará	4,24	3,15	2,50	2,74
Rondônia	3,55	2,75	2,16	2,58
Roraima	4,04	3,22	2,41	2,68
Tocantins	3,96	2,95	2,41	2,58
Nordeste				
Alagoas	4,12	3,14	2,22	3,20
Bahia	3,66	2,50	2,05	3,00
Ceará	3,72	2,84	1,99	3,24
Maranhão	4,74	3,20	2,56	3,19
Paraíba	3,78	2,54	1,95	3,42
Pernambuco	3,31	2,48	1,92	2,83
Piauí	3,83	2,67	1,99	3,39
Rio Grande do Norte	3,41	2,54	1,98	2,82
Sergipe	3,64	2,74	1,95	3,23
Sudeste				
Espírito Santo	2,78	2,16	1,80	2,26
Minas Gerais	2,69	2,23	1,79	2,12
Rio de Janeiro	2,10	2,06	1,68	1,17
São Paulo	2,28	2,05	1,66	1,66
Sul				
Paraná	2,62	2,30	1,86	1,79
Rio Grande do Sul	2,38	2,16	1,76	1,58
Santa Catarina	2,58	2,23	1,71	2,14
CentroOeste				
Distrito Federal	2,33	1,96	1,75	1,50
Goiás	2,58	2,23	1,87	1,68
Mato Grosso	3,14	2,50	2,08	2,14
Mato Grosso do Sul	2,95	2,42	2,04	1,92
Brasil	2,88	2,37	1,89	2,19

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

A dinâmica apontada na dimensão nacional é reproduzida no nível estadual, com significativas reduções das populações jovens e incrementos na população idosa. De fato, voltando à tabela 3.2.1, podemos observar a constante queda da taxa de fecundidade total nacional sendo refletida no estado de Minas Gerais, cujos valores – 2,69 em 1991, 2,23

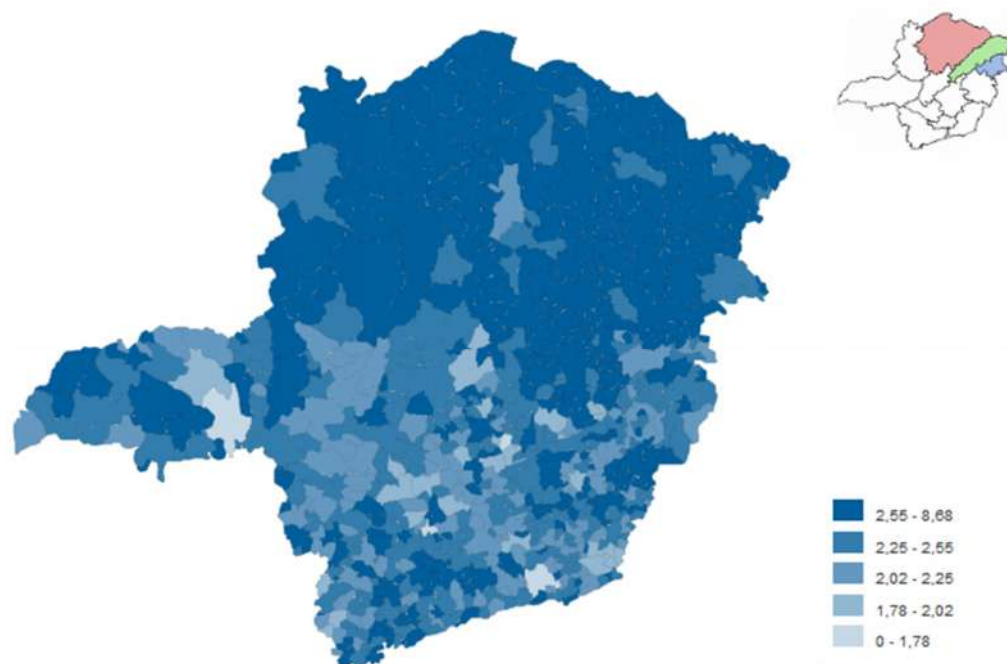
em 2000 e 1,79 em 2010 – se mostraram inferiores às taxas nacionais durante todo o período analisado – 2,88 em 1991, 2,37 em 2000 e 1,89 em 2010. Analisando as figuras 3.2.4, 3.2.5 e 3.2.6, que apresentam, respectivamente, a distribuição das taxas de fecundidade total pelos municípios mineiros para os anos de 1991, 2000 e 2010, podemos perceber como ocorreu a queda da fecundidade dentro do estado de Minas Gerais e, especialmente, como o processo parece se dar do Sul do estado em direção ao Norte. Dentro dessa trajetória, ainda que a redução tenha ocorrido por todo o estado, os municípios de menores taxas se concentram na metade inferior do território, mantendo a posição relativa dentro do estado durante o período. Em contraposição, a porção norte de Minas Gerais apresenta grande número de municípios com taxas de fecundidade total relativamente elevadas, acima da taxa estadual. Reforça-se assim a posição do Norte e Nordeste mineiro como um espaço de transição entre o Sudeste do Brasil e o sertão nordestino.

Figura 3.2.4 – Taxa de Fecundidade Total, por município – Minas Gerais, 1991



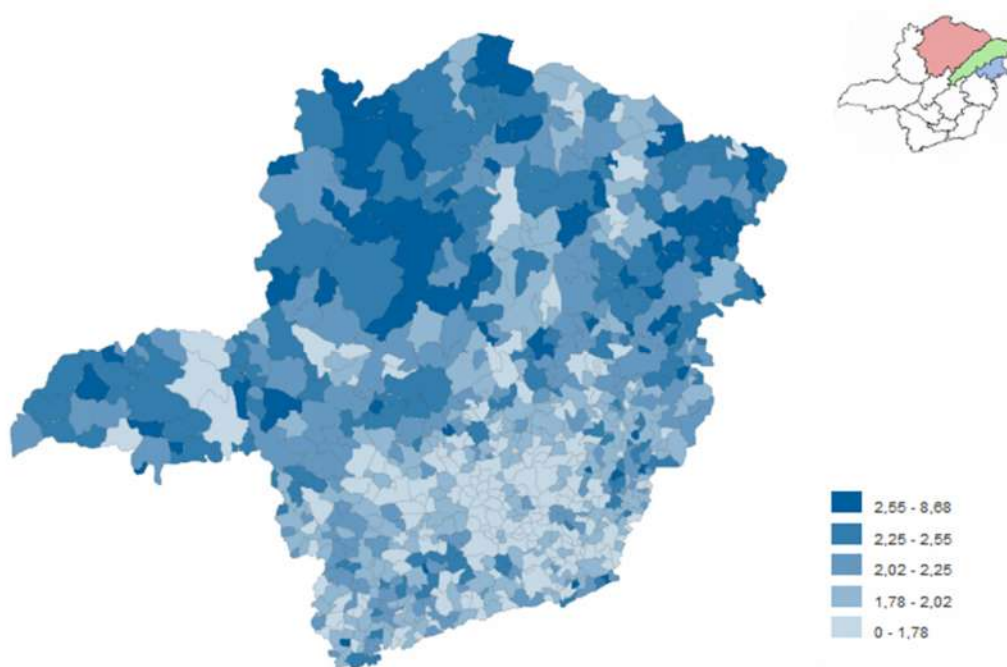
Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Figura 3.2.5 – Taxa de Fecundidade Total, por município – Minas Gerais, 2000



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Figura 3.2.6 – Taxa de Fecundidade Total, por município – Minas Gerais, 2010



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

Segundo Horta (2014), a intensidade da queda das taxas observadas no estado é maior justamente naqueles grupos sociais que apresentavam os maiores valores, não coincidentemente os mais fragilizados, evidenciando um movimento de convergência para níveis mais baixos de fecundidade. O mesmo pode ser dito quanto às regiões do estado, revelando quedas mais pronunciadas no Norte e Nordeste de Minas Gerais, o que se traduziu em uma redução da diferença entre as taxas apresentadas nas regiões menos desenvolvidas e aquelas das regiões de maior dinamismo econômico.

Mas essa queda, como já foi sugerido, tem consequências para as populações locais. A característica histórica de Minas Gerais de saldos migratórios negativos, que será discutida na próxima sessão, era compensada amplamente até décadas recentes pelas elevadas taxas de fecundidade. Mesmo após a redução dessas taxas, o número absoluto de nascidos era significativo, graças à significativa parcela da população em idade reprodutiva. Entretanto, a partir dos anos 1990 começamos a observar a redução dessa parcela, o que, acompanhada da contínua queda das taxas de fecundidade, conduziu para um cenário de taxas de crescimento populacional decrescentes (FERREIRA et al., 2012).

De fato, Horta (2014), fazendo uma sintetização do comportamento das taxas de fecundidade mineiras ao longo das últimas décadas, aponta para uma trajetória contínua de queda, apenas com pequenas oscilações de intensidade entre uma década e outra:

Nas décadas de 70 e 80, a TFT [Taxa de Fecundidade Total] da mulher mineira cai de 6,31 filhos por mulher para 4,29, ou seja, uma redução de 32%. Na década seguinte, a queda foi ainda maior: praticamente 37%, determinando uma TFT de 2,68 filhos por mulher em 1991 [...]. No ano de 2000 a TFT estimada foi de 2,30 filhos por mulher, determinando queda de aproximadamente 15% na década. Chama atenção, entretanto que na década seguinte observa-se um incremento nessa queda. Com fecundidade abaixo do nível de reposição as mulheres em Minas Gerais teriam em 2010 TFT de 1,76 filhos, apontando queda próxima de 24% comparativamente a 2000 (HORTA, 2014, p. 3).

Em seguida, a autora alerta para o fato de que todas as regiões de planejamento do estado apresentam taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher, valor suficiente para manter taxas de crescimento nulas no longo prazo), exceção feita ao Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste de Minas, com valores, respectivamente, 2,19 e 2,16, muito próximos, portanto, do valor de reposição. As taxas de fecundidade total para todas as mesorregiões nos anos de 1991, 2000 e 2010 podem ser vistos na tabela 3.2.2.

Tabela 3.2.2 – Taxa de fecundidade total, por mesorregião – Minas Gerais, 1991-2010

Unidade Geográfica	1991	2000	2010
Campo das Vertentes	2,40	2,19	1,59
Central Mineira	2,69	2,44	1,98
Jequitinhonha	4,36	3,38	2,19
Metropolitana de Belo Horizonte	2,18	2,08	1,63
Noroeste de Minas	3,18	2,87	2,16
Norte de Minas	4,02	3,02	2,00
Oeste de Minas	2,25	2,04	1,75
Sul/Sudoeste de Minas	2,55	2,42	1,84
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	2,21	2,03	1,73
Vale do Mucuri	3,40	3,10	2,11
Vale do Rio Doce	2,91	2,38	1,92
Zona da Mata	2,58	2,19	1,72

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 In: Ferreira et al. (2012)

A longo prazo, em se persistindo o padrão atualmente observado, com persistência das taxas de fecundidade abaixo do nível de reposição e saldos migratórios negativos, passaremos a observar de forma mais extensiva o despovoamento dessas regiões, com consequências importantes para as populações locais:

O despovoamento pode gerar uma série de consequências econômicas e sociais entre elas a subutilização da infraestrutura existente, a subutilização dos recursos econômicos disponíveis devido à falta de novos empreendedores, falta de mão de obra, a perda de escala dos mercados locais e o aprofundamento do processo de envelhecimento (FERREIRA et al., 2012, p. 68).

Essa possibilidade se mostra ainda mais provável no caso das mesorregiões menos dinâmicas economicamente, como é o caso do Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Além de serem regiões com baixa densidade populacional e econômica, sofrem com grandes perdas populacionais causadas pela emigração e apresentam dificuldades na atração dos fluxos migratórios. Em acréscimo, a trajetória da queda das taxas de fecundidade nas mesorregiões com melhores indicadores sociais sugere que as taxas das três regiões em análise, hoje relativamente altas, podem seguir caminho semelhante nas próximas décadas, acelerando o processo de despovoamento dessas regiões.

4 Migração

Segundo o entendimento da Organização Internacional de Migração, a migração é o deslocamento de pessoas de um território para outro, sem distinção de volume, composição ou motivação. Elas se orientam por forças de atração e repulsão muitas vezes pouco evidentes, mas, independentemente das motivações que determinam os deslocamentos, é possível afirmar que esses movimentos possuem um impacto concreto nas taxas de crescimento tanto nos locais de destino quanto nos locais de origem. Apreende-se daí que a variação populacional de um período para o outro é produto tanto do crescimento vegetativo, ou seja, o total de óbitos deduzidos do total de nascimentos, quanto da migração. O peso de cada um desses fatores, contudo, é variável e, considerando a redução significativa das taxas de fecundidade, observada desde os anos 1970, podemos inferir um aumento da relevância dos padrões migratórios na determinação das taxas de crescimento locais (CAMPOS e FUSCO, 2009).

4.1 Determinantes da migração

A literatura reconhece uma série de fatores, de diversas ordens, que influenciam a decisão de migrar. Esses fatores podem estar relacionados mais diretamente às características dos indivíduos, como a faixa etária, o sexo, a escolaridade e a renda, ou às condições tangíveis e intangíveis oferecidas pelo ambiente de origem ou destino, que determinarão as capacidades de atração e retenção das populações migrantes – neste âmbito, temos os salários relativos, a capacidade de absorção da mão de obra disponível, os custos de vida e mesmo a rede de relações e fatores climáticos como alguns dos aspectos considerados na decisão de migrar (BASTOS et al., 2012, MATA et al., 2007). Os fluxos migratórios interestaduais e intraestaduais, então, atendem aos desequilíbrios regionais, promovendo a transferência dos contingentes populacionais das regiões incapazes de absorvê-los adequadamente para aquelas mais dinâmicas econômica e socialmente.

A compreensão dos mecanismos de funcionamento desse fenômeno, especialmente do relacionamento entre o desenvolvimento local e a atração populacional, é ponto de grande relevância para o estudo dos fluxos migratórios. Campos e Fusco (2009) indicam que o saldo migratório de determinada localidade está intimamente

relacionado aos seus indicadores de atratividade e retenção populacional, sugerindo, assim, uma compreensão do fenômeno como orientado, pelo menos parcialmente, pela busca de melhores condições de vida. Sob essa lógica, a capacidade de atrair e reter imigrantes poderia ser apreendida por meio da análise dos indicadores de desenvolvimento da região, como o crescimento do produto interno bruto municipal, a densidade populacional e a taxa de urbanização. Os autores sustentam na teoria de desenvolvimento econômico de Alfred Marshall a associação que estabelecem entre desenvolvimento socioeconômico e fluxos migratórios, resgatando a tese do economista britânico de que, ao mesmo tempo em que as empresas se instalariam em áreas onde suas necessidades são melhor atendidas, os trabalhadores qualificados tenderiam a migrar para junto dessas empresas de modo a aproveitar as melhores condições de trabalho, evidenciando a relação de complementariedade entre o processo de formação de polos econômicos e o fenômeno migratório. Para Campos e Fusco (2009), então, a influência positiva do crescimento econômico sobre o crescimento populacional se evidenciaria, inclusive, nos casos de regiões tradicionalmente fornecedoras de imigrantes, como o Nordeste, onde a dinâmica migratória interna favoreceria os polos econômicos locais.

De forma semelhante, Mata et al. (2007) buscam reconhecer as variáveis que determinam a decisão de migração para diferentes grupos e apontam a tendência dos grupos de migrantes mais qualificados em se deslocarem para regiões com média de anos de estudo mais elevada, sugerindo ainda que existe uma reciprocidade nessa dinâmica: os locais de destino também valorizariam relativamente mais o capital humano internalizado pelo imigrante. De forma complementar, esse grupo tenderia também a buscar locais com mercados mais dinâmicos, menor desigualdade de renda e maior estabilidade social.

Podemos, então, partir da lógica de que a dinâmica dos fluxos migratórios responde às condições postas pelo ambiente social e econômico, e depreende-se daí duas considerações: primeiro, a migração é um fenômeno com regularidades que podem ser apreendidas pela observação; e segundo, a modificação do cenário se refletirá em alterações nos próprios fluxos (BASTOS et al., 2012). Assim, temos que os processos de desconcentração da produção, de urbanização e de expansão da fronteira agrícola irão produzir efeitos sobre a distribuição populacional via alterações nos padrões migratórios e as diferenças de taxas de crescimento entre as regiões de um mesmo território evidenciariam as assimetrias presentes também nas dimensões social e econômica (CAMPOS e FUSCO, 2009; MATA et al., 2007). A análise de elementos da dinâmica

migratória do Brasil e de Minas Gerais nas últimas décadas permitirá ilustrar essas conclusões.

4.2 Cenário nacional

Cunha e Baeninger (2000) partem dos dados levantados pelo Censo de 1991 para apontar a mudança do perfil de crescimento da população brasileira a partir dos anos 1980, com redução significativa das taxas de crescimento em diversos estados. Essa mudança teria se sustentado, em grande medida, na queda generalizada das taxas de fecundidade a partir dos anos 1960, mas é significativa também a influência exercida pelas mudanças dos padrões migratórios. O novo cenário pode ser percebido, a princípio, por meio da análise das taxas de crescimento das regiões outrora importantes reservatórios de força de trabalho nacional em comparação daquelas que tradicionalmente se constituíram como destinos desses fluxos. Observamos, assim, que estados como o Paraná, Minas Gerais e os estados nordestinos apresentaram redução das taxas de crescimento em menor intensidade não apenas em relação ao estado de São Paulo mas também ao Brasil, como pode ser visto na tabela 4.2.1, permitindo inferir uma queda da emigração nessas regiões (CUNHA e BAENINGER, 2000; BASTOS et al., 2012).

Tabela 4.2.1 Taxas de crescimento ao ano por década. Brasil – 1940-2010

Estado	Taxa Crescimento 1940-1950	Taxa Crescimento 1950-1960	Taxa Crescimento 1960-1970	Taxa Crescimento 1970-1980	Taxa Crescimento 1980-1991	Taxa Crescimento 1991-2000	Taxa Crescimento 2000-2010
Acre	3,70%	3,31%	3,09%	3,42%	3,02%	3,26%	2,78%
Amapá	2,00%	6,22%	5,24%	4,37%	4,66%	5,71%	3,45%
Amazonas	2,14%	3,35%	2,94%	4,12%	3,57%	3,28%	2,16%
Pará	2,08%	3,19%	3,49%	4,62%	3,46%	2,52%	2,04%
Rondônia	9,86%	6,64%	4,69%	16,03%	7,89%	2,22%	1,25%
Roraima	2,96%	4,77%	3,54%	6,82%	9,63%	4,54%	3,34%
Tocantins	2,18%	4,72%	4,88%	3,56%	2,01%	2,58%	1,80%
Região Norte	2,29%	3,55%	3,57%	4,84%	3,85%	2,84%	2,09%
Alagoas	1,40%	1,40%	2,37%	2,25%	2,18%	1,29%	1,01%
Bahia	2,12%	2,04%	2,39%	2,35%	2,09%	1,08%	0,70%
Ceará	2,57%	2,01%	2,86%	1,95%	1,70%	1,73%	1,30%
Maranhão	2,51%	4,58%	1,91%	2,93%	1,93%	1,53%	1,52%
Paraíba	1,88%	1,51%	1,81%	1,52%	1,32%	0,82%	0,90%
Pernambuco	2,36%	1,86%	2,38%	1,76%	1,36%	1,18%	1,06%
Piauí	2,49%	1,79%	3,01%	2,44%	1,73%	1,08%	0,90%
Rio Grande do Norte	2,34%	1,66%	3,11%	2,05%	2,21%	1,56%	1,33%
Sergipe	1,74%	1,55%	1,82%	2,39%	2,47%	2,01%	1,49%
Região Nordeste	2,22%	2,11%	2,41%	2,16%	1,83%	1,30%	1,06%
Espírito Santo	1,94%	4,01%	1,21%	2,38%	2,31%	1,96%	1,27%
Minas Gerais	1,41%	2,50%	1,44%	1,54%	1,49%	1,43%	0,91%
Rio de Janeiro	2,61%	3,59%	3,07%	2,30%	1,15%	1,30%	1,06%
São Paulo	2,44%	3,45%	3,32%	3,49%	2,13%	1,78%	1,09%
Região Sudeste	2,08%	3,18%	2,59%	2,64%	1,77%	1,61%	1,05%
Paraná	5,52%	7,26%	4,98%	0,97%	0,93%	1,39%	0,89%
Rio Grande do Sul	2,29%	2,61%	2,15%	1,55%	1,48%	1,21%	0,49%
Santa Catarina	2,85%	3,16%	3,14%	2,26%	2,06%	1,85%	1,55%
Região Sul	3,18%	4,16%	3,42%	1,44%	1,38%	1,41%	0,87%
Distrito Federal			14,42%	8,15%	2,84%	2,79%	2,28%
Goiás	4,32%	4,66%	4,25%	2,59%	2,32%	2,46%	1,84%
Mato Grosso	1,27%	4,33%	6,31%	6,64%	5,38%	2,38%	1,94%
Mato Grosso do Sul	2,63%	6,34%	5,73%	3,22%	2,41%	1,73%	1,66%
Região Centro-oeste	3,49%	5,55%	5,64%	4,11%	3,01%	2,37%	1,91%
Brasil	2,34%	3,08%	2,85%	2,48%	1,93%	1,63%	1,17%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração Própria

Assim, se até os anos 1970 o estado de São Paulo apresentou taxas de crescimento superiores à média nacional graças ao intenso movimento migratório que motivava, a partir da década seguinte esse crescimento sofreria significativa redução, acompanhando a diminuição dos fluxos migratórios e a redução das taxas de fecundidade – cabe aqui destacar que, como dito, a queda da fecundidade foi generalizada em todo o país, mas mantiveram as diferenças ao longo do território, com taxas menores nas áreas mais desenvolvidas, a exemplo do Sul e Sudeste. A redução da intensidade migratória é sustentada por Cunha e Baeninger (2000), que apontam a queda relativa dos fluxos migratórios, o que não reduz a importância dessa temática como objeto de análise, dado o volume significativo de pessoas que ainda representam e o seu consequente impacto na distribuição populacional:

Mais que mudanças no “padrão migratório”, o que as últimas décadas presenciaram foram alterações no volume, intensidade e espacialização dos fluxos migratórios tradicionalmente observados. Se de um lado, foram registradas reduções significativas em alguns fluxos historicamente importantes, de outro lado, a grande novidade foi a intensificação, a partir dos anos 80, das contra-correntes migratórias, fenômeno que, isolada ou conjuntamente com o anterior, estaria explicando parte das alterações no crescimento demográfico de estados e regiões (CUNHA e BAENINGER, 2000, p. 24).

De fato, entre os anos de 1940 e 1960 dominava no país uma dinâmica de migração que permitia apontar trajetórias dominantes, com origem no Nordeste e em Minas Gerais em direção dos focos de industrialização e das áreas de fronteira agrícola, e trajetórias secundárias, estabelecidas entre estados vizinhos atendendo às dinâmicas econômicas regionais, conduzindo para um processo de concentração populacional nas grandes cidades. A partir desse período, contudo, a promoção de políticas de desconcentração industrial e de incentivo à ocupação de áreas pouco povoadas do território impôs uma reorientação dos fluxos migratórios, aproveitando-se ainda da expansão dos sistemas de transporte e telecomunicações (BASTOS et al., 2012). Aqui coloca-se também em evidência a posição de relevância alcançada pelos fluxos intraestaduais dentro do fenômeno migratório, especialmente dos movimentos de interiorização com origem nas regiões metropolitanas em direção ao interior dos estados. De acordo com os dados analisados por Cunha e Baeninger (2000), a dimensão intraestadual das migrações intermunicipais, que representavam 60,7% do total na década de 1970, passariam a constituir 66,7% dos movimentos observados na década de 1980.

Mas a desconcentração é apenas um dos aspectos que singularizam a atual dinâmica. De acordo com Bastos et al. (2012), os fluxos migratórios se reorganizaram de tal forma que se torna impossível uma classificação das regiões simplesmente pela sua característica de absorção ou evasão populacional. As singularidades desse novo cenário, como a redução da intensidade dos fluxos migratórios, a diversificação das rotas, a desconcentração demográfica e o aumento das migrações de curto prazo, imporiam o reconhecimento da rotatividade migratória como categoria de análise para as regiões que, a um só tempo, são local de origem e destino de grandes fluxos populacionais, mas cujo saldo migratório não permite a sua classificação segundo os critérios tradicionais de absorção e repulsão.

Essa dimensão da rotatividade migratória é bem ilustrada por Cunha e Baeninger (2000), com o que entendem como sendo as duas características basilares para o

fenômeno. A primeira característica refere-se à confirmação da tendência iniciada nas décadas anteriores de redução das migrações de longa distância. A segunda é a constatação de que, apesar da redução significativa da tendência concentradora dos fluxos migratórios, a região Sudeste se mantém como referência para os movimentos interestaduais, agora tanto como receptora, quanto como fornecedora de migrantes – neste último caso, promovendo a chamada migração de retorno.

Essa característica fica evidente nos dados expostos na tabela 4.2.2, com a distribuição dos destinos dos fluxos migratórios interestaduais pelas cinco regiões brasileiras. Como é possível observar, o Sudeste, ao longo das três décadas de referência, permaneceu como o principal destino dos fluxos migratórios, com destaque para o estado de São Paulo, apesar de uma redução importante a partir dos anos 1980, traduzida na queda da participação da cidade de 33,91% no período de 1970 a 1980 para 25,24% entre 1981 e 1991. Essa redução do contingente de imigrantes nos dois principais centros urbanos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, responde a uma série de fatores, que vão desde a desconcentração econômica e reorientação dos setores produtivos locais até mudanças nas regiões marcadas historicamente como fornecedoras populacionais, casos de Minas Gerais e Paraná, que, como evidenciam os referidos dados, aumentaram a sua participação no volume de imigrantes, de, respectivamente, 6,40% e 5,46% entre 1970 e 1980 para 7,71% e 5,72% entre 1991 e 1996 (CUNHA e BAENINGER, 2000). Finalmente, cabe destacar a redução da evasão populacional observada em Minas Gerais, que entre 1970 e 1980 foi a origem de 12,71% dos movimentos migratórios interestaduais, passando para 9,57% entre 1981 e 1991 e caindo ainda mais no período de 1991 a 1996, 8,29%, refletindo a fluidez das novas categorizações regionais quanto a atração e perda populacional.

Tabela 4.2.2 - Distribuição da Imigração e Emigração segundo Grandes Regiões e UF selecionadas - Brasil, 1970/1991

Grandes Regiões e UFs	Imigração			Emigração		
	1970/1980	1981/1991	1991/1996	1970/1980	1981/1991	1991/1996
Norte	8,47	12,51	10,86	3,07	7,52	9,37
Rondônia	2,97	3,87	1,59	0,41	1,49	1,65
Pará	4,12	4,79	4,11	1,73	3,20	4,63
Nordeste	15,15	20,17	17,20	33,69	34,56	38,04
Ceará	1,57	2,75	2,44	4,84	4,89	4,32
Pernambuco	2,92	3,49	2,84	6,83	6,20	5,78
Bahia	3,66	4,20	3,99	7,59	8,26	11,17
Sudeste	51,33	40,72	43,31	33,83	31,39	28,70
São Paulo	33,91	25,24	27,85	13,43	14,08	13,24
Minas Gerais	6,40	7,52	7,71	12,71	9,57	8,29
Rio de Janeiro	8,92	5,43	4,90	5,54	5,87	5,64
Sul	9,63	10,85	11,69	19,66	15,54	12,43
Paraná	5,46	5,54	5,72	13,87	10,19	7,12
Centro-Oeste	15,42	15,75	16,94	9,76	11,00	11,46
Mato Grosso	3,40	5,03	3,67	1,58	2,30	2,69
Goiás	4,00	4,81	7,05	4,26	3,25	3,35

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996 In: CUNHA e BAENINGER (2000)

No caso específico de Minas Gerais, Cunha e Baeninger (2000) apontam uma participação significativa de migrantes provenientes dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro nos seus ganhos populacionais, indicando possíveis movimentos de retorno, ao mesmo tempo em que houve importante redução do fluxo de migrantes com origem em Minas Gerais na direção de São Paulo e Rio de Janeiro. Numa mudança representativa da nova dinâmicas migratória nacional, a década de 1980 viu Minas Gerais se converter em um dos principais destinos migratórios do país em resposta ao crescimento econômico de algumas das cidades de médio porte no interior do estado e na Região Metropolitana de Belo Horizonte (BASTOS et al. 2012).

As novas rotas e os novos sentidos do fluxo migratório conduzem, então, para outra constatação: a própria condição de maior ou menor atratividade de uma dada região é reconhecida como uma condição mutável e relativa, sujeita à dinâmica socioeconômica local e à relação com as demais regiões do território. Segundo Bastos et al. (2012), não cabe, portanto, falar em áreas de absorção ou evasão populacional, mas de atração e perda migratória.

Essa dinâmica observada a nível nacional, com áreas caracterizadas por forte atração populacional ao passo em que outras sofrem significativas perdas pela emigração, pode ser aplicada também ao contexto estadual sem qualquer prejuízo. Em estados como o Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, a formação de polos regionais cria focos de atração populacional exercidos sobre os municípios próximos, conduzindo para um cenário onde um grande número de municípios apresenta baixas taxas de crescimento em benefício dos grandes centros urbanos locais (CAMPOS e FUSCO, 2009). Assim, é possível concluir que, ao mesmo tempo em que se desenvolvem centros de atração populacional, surgem áreas afetadas por saldos migratórios negativos, que, por sua vez, promovem um cenário de despovoamento, padrão esse observado pontualmente por todo o território nacional.

O saldo migratório negativo traduz um crescimento populacional abaixo do vegetativo, não raramente conduzindo para taxas negativas de crescimento. É possível reconhecer, com maior frequência, padrões semelhantes a esse em associação com determinados contextos específicos, como o caso de parte do estado do Mato Grosso, onde o avanço das atividades agrícolas promoveu grandes fluxos migratórios durante a década de 1970, mas não foi capaz de reter esses contingentes populacionais após o seu arrefecimento (CAMPOS e FUSCO, 2009).

Outro caso, já consagrado na literatura, é o do Nordeste brasileiro. As altas taxas de fecundidade apresentadas pelo Nordeste durante as últimas décadas não foram suficientes para evitar que a região apresentasse, por décadas, um crescimento populacional inferior à média nacional, graças ao saldo migratório negativo – como já foi apontado, a região se firmou como um importante fornecedor de contingentes populacionais para as demais regiões do país, sobretudo para o Sudeste, como pode ser observado nos dados censitários desde os anos 1940. Mas a alteração do padrão migratório nas décadas recentes, traduzida na redução das emigrações e na intensificação dos fluxos de retorno, aproveitando-se da crise de setores produtivos de outras regiões e do mercado proporcionado pelas atividades ligadas ao turismo, permitiu, por consequência, uma pequena recuperação populacional, contribuindo para aproximar o crescimento do Nordeste à taxa nacional. As mudanças descritas promoveram, ainda, uma redistribuição populacional no seu território, apoiada na migração intrarregional (CAMPOS e FUSCO, 2009).

Um último movimento digno de referência é o deslocamento da zona rural em direção aos centros urbanos, manifestando, especialmente a partir da década de 1960, uma massiva redução das populações rurais em todas as regiões do país, ainda que em diferentes graus de intensidade. Mas o volume desses deslocamentos diminuiu significativamente já na década de 1980, fazendo com que o fenômeno migratório tenha, cada vez mais, um caráter urbano (CUNHA e BAENINGER, 2000). Desde os anos 1960 as migrações se orientavam por forças centrífugas, em direção às áreas de fronteira, e forças centrípetas, tendo os grandes centros urbanos como destino, mas mesmo o primeiro caso a orientação à concentração se fazia sentir, com a tendência dos deslocamentos dentro das áreas de fronteira agrícola em priorizar as cidades de maior porte. Apreende-se daí, segundo Cunha e Baeninger (2000), um processo de urbanização nacional pautado em um modelo de distribuição populacional altamente concentrador, privilegiando especialmente os grandes centros urbanos do sudeste.

4.3 Mesorregiões de Minas Gerais

Aqui serão discutidas os fluxos migratórios apresentados pelas mesorregiões do estado e as relações de troca populacionais desenvolvidas, de modo a evidenciar a projeção, no nível estadual, dos padrões e dinâmicas já discutidos para o Brasil. E fato, a comparação feita por Augusto, Brito e Barbieri (2008) dos fluxos migratórios nos períodos de 1986 à 1991 e 1995 à 2000 oferece uma imagem da dinâmica migratória estadual muito semelhante à discutida até aqui, com arrefecimento dos movimentos em direção das regiões tradicionalmente receptoras de população e consequente redução dos saldos negativos. Ainda, seguindo outra tendência apontada, os autores observam a intensificação de rotas alternativas, como às direcionadas para o Nordeste brasileiro, um movimento de curta distância aproveitando a desconcentração industrial e os menores custos de deslocamento. Ao mesmo tempo, observou-se um aumento das imigrações no Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri com origem no estado de São Paulo, sugerindo movimentos de retorno.

A dinâmica intraestadual, contudo, ainda se mostra muito centralizadora e, de fato, o padrão dos movimentos entre as mesorregiões, refletindo a capacidade de atração de cada uma delas, reforça as caracterizações da assimetria dentro de Minas Gerais. Segundo Augusto, Brito e Barbieri (2008), Norte, Jequitinhonha e Mucuri apresentam perdas

populacionais nas suas relações com todas as demais mesorregiões, determinando um saldo migratório negativo nos três casos. É notável que, dentro dessa área representada pelo Norte e Nordeste do estado, ocorra também uma diferenciação, pelo menos circunstancial, do Norte em relação ao Jequitinhonha e Vale do Mucuri, apresentando saldos positivos nas trocas migratórias com o Jequitinhonha e Vale do Mucuri no período de 1995 à 2000. Outro ponto a se observar é que, para as três mesorregiões, os fluxos estabelecidos com a Região Metropolitana de Belo Horizonte são os mais intensos. O peso desse movimento nas emigrações do Norte foi de 54,06% no período analisado, 69,61% no Jequitinhonha e 64,18% no Vale do Mucuri. Ao mesmo tempo, tem origem na Região Metropolitana 37,88% dos imigrantes do Vale do Mucuri, 48,93% do Jequitinhonha e 48,42% do Norte (AUGUSTO, BRITO e BARBIERI, 2008).

As significativas perdas populacionais dessas três mesorregiões também são objeto de análise para Matos e Garcia (2006), que, apontando um crescimento vegetativo no estado de Minas Gerais à taxa de 1,45% ao ano no período de 1995 a 2000, alertam para um crescimento não homogêneo pelo território do estado. De modo a ilustrar esse cenário, é apresentada a tabela 4.3.1, com as taxas anuais de crescimento vegetativo, de imigração, de emigração e as taxas líquidas de migração² para as doze mesorregiões e para o estado de Minas Gerais no período de 1995 a 2000. Assim, a partir da decomposição da taxa de crescimento total das mesorregiões, de modo a aferir o peso exercido pelo crescimento vegetativo e pela migração para cada uma delas, os autores observam que a Região Metropolitana de Belo Horizonte, seguida do Norte de Minas e do Jequitinhonha, apresentam as maiores taxas de crescimento vegetativo, respectivamente 1,825%, 1,777% e 1,67%. Ao mesmo tempo, as taxas líquidas de migração negativas indicam perdas populacionais sofridas partir dos fluxos migratórios e aqui é possível destacar o Vale do Mucuri (-1,41%), Jequitinhonha (-1,32%) e Norte de Minas (-0,68%) como as mesorregiões com as maiores perdas proporcionais promovidas pela migração. Os autores sugerem que esses dados correspondem à baixa capacidade de retenção populacional dos municípios desses territórios, reforçando a ótica de um estado marcado por profundas assimetrias no processo de crescimento econômico. Mais do que

² A taxa líquida de migração, segundo Carvalho e Garcia (2003), pode ser calculada de duas formas: pela razão entre o saldo migratório (diferença entre imigrantes e emigrantes) e a população esperada ao final do período; ou a razão entre o saldo migratório e a população observada ao final do período. Representa o acréscimo ou redução proporcional da população resultado dos fluxos migratórios.

isso, sobressai pelas taxas apresentadas a reduzida imigração nas três mesorregiões destacadas, indicando também uma baixa capacidade de atração populacional.

No caso do Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri, o saldo migratório negativo é reflexo da associação dessa situação de baixa atratividade juntamente à elevada evasão populacional. Interessante contrapor esse perfil ao da mesorregião do Noroeste, que também apresentou taxa líquida de migração negativa, ainda que em menor intensidade. O Noroeste observou, no período de análise, a terceira maior taxa de emigração do estado (1,94%), inferior apenas ao Jequitinhonha (2,02%) e Vale do Mucuri (2,33%). Contudo, a região foi a que proporcionalmente recebeu maior contingente populacional (1,47%), reduzindo o impacto negativo da evasão populacional pela migração. Seria, pois, uma região marcada por uma intensa rotatividade na sua população, para usar a categoria apresentada por Bastos et al. (2012).

Tabela 4.3.1 – Indicadores demográficos selecionados por mesorregião – Minas Gerais, 1995/2000

Localidades	Taxa de crescimento vegetativo a.a. 1995/2000 (%)	Taxa de Imigração a.a. 1995/2000 (%)	Taxa de Emigração a.a. 1995/2000 (%)	Taxa Líquida de Migração a.a. 1995/2000 (%)
Campo das Vertentes	0,985	1,01	0,90	0,10
Central Mineira	1,46	1,18	1,61	-0,43
Jequitinhonha	1,67	0,70	2,02	-1,32
Metropolitana de Belo Horizonte	1,825	1,06	0,66	0,40
Noroeste de Minas	1,525	1,47	1,94	-0,47
Norte de Minas	1,777	0,64	1,32	-0,68
Oeste de Minas	1,215	1,24	0,78	0,46
Sul/Sudeste de Minas	1,061	1,24	0,73	0,50
Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba	1,378	1,43	0,98	0,46
Vale do Mucuri	1,027	0,92	2,33	-1,41
Vale do Rio Doce	1,115	0,92	1,46	-0,54
Zona da Mata	1,018	0,94	0,87	0,07
Minas Gerais	1,448	0,57	0,52	0,05

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE In: Matos e Garcia, 2006

De fato, analisando as taxas de migração, Matos e Garcia reconhecem uma tendência à atração populacional em municípios do Noroeste – a despeito desta mesorregião ter apresentado uma taxa líquida de migração negativa, é importante observar que o direcionamento dos fluxos migratórios em via de regra favorece alguns municípios em detrimento de outros e a elevada taxa de imigração é reflexo antes da grande atratividade de alguns municípios do que da mesorregião como um todo – Triângulo/Alto Paranaíba e Região Metropolitana, onde o crescimento do PIB se mostrou

a níveis acima da média estadual. Em oposição, o Norte, Nordeste e Leste do estado estariam apresentando o que os autores definiram como “reestruturações fundiárias expulsoras de população”, explicação para os saldos migratórios significativamente baixos.

Acrescenta-se aí o trabalho de Ferreira et al. (2012), no qual são expostos os dados de saldo migratório e taxa líquida de migração para as mesorregiões nos períodos de 1995 a 2000 e 2005 a 2010 (tabela 4.3.2), evidenciando uma redução dos fluxos migratórios no estado de Minas Gerais de um período para o outro. Essa tendência faz com que os valores para as taxas líquidas de migração de todas as mesorregiões se aproximassem de zero, reduzindo a perda das regiões com saldo negativo e reduzindo os ganhos daquelas com saldo positivo. Assim, as três mesorregiões com maiores perdas proporcionais da população no período de 1995 a 2000, Vale do Mucuri (-6,55%), Jequitinhonha (-6,14%) e Norte de Minas (-3,12%), mantiveram as suas posições relativas no período seguinte, entre 2005 e 2010, dessa vez com taxas líquidas de migração mais baixas, respectivamente -2,23%, -2,11% e -1,51%. No outro extremo, as mesorregiões que apresentaram significativos saldos migratórios positivos no primeiro período, como o Sul de Minas, Triângulo/Alto Paranaíba e Oeste de Minas, mantiveram taxas positivas entre 2005 e 2010, ainda que apenas o Triângulo/Alto Paranaíba tenha ostentado um valor relativo elevado (1,32%). Cabe destacar ainda que, após um período de saldo migratório positivo, o estado de Minas Gerais volta a apresentar perda populacional pela migração entre 2005 e 2010, com uma taxa líquida de migração de -0,10%.

Tabela 4.3.2 – Saldo Migratório e Taxa Líquida de Migração, por mesorregião. Minas Gerais, 1995/2000 – 2005/2010

Mesorregião	SM 1995/2000	TLM 1995/2000	SM 2005/2010	TLM 2005/2010
Campo das Vertentes	2620	0,51	1219	0,22
Central	-7284	-1,91	1028	0,25
Jequitinhonha	-41658	-6,14	-14725	-2,11
Noroeste de Minas	-7659	-2,29	-5481	-1,50
Norte de Minas	-46646	-3,12	-24390	-1,51
Oeste de Minas	16757	2,00	7187	0,75
RMBH	92877	1,66	-27	0,00
Sul de Minas	48693	2,16	10847	0,44
Triângulo/Alto Paranaíba	37422	2,00	28217	1,32
Vale do Mucuri	-24920	-6,55	-8602	-2,23
Vale do Rio Doce	-37512	-2,44	-12661	-0,78
Zona da Mata	6434	0,32	-1828	-0,08
Minas Gerais	39124	0,22	-19216	-0,10

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE In: FERREIRA et al. (2012)

5 Despovoamento

Até aqui, o trabalho se desenvolveu em torno da caracterização dos fatores condicionantes do ritmo de crescimento populacional, a trajetória e o comportamento desses fatores no âmbito geral e específico da realidade econômica e social do Norte e Nordeste de Minas Gerais, buscando sistematizar o quadro concreto e instrumentalizar a análise de uma situação observada: as taxas de crescimento estão caindo de forma generalizada. O Brasil, que chegou a crescer a uma taxa de 3,08% na década de 1950, nos anos 2000 viu um crescimento de apenas 1,17%, decorrente, em grande medida, de uma taxa de fecundidade decrescente ao longo das últimas décadas, cujos valores para 2010 já se encontram abaixo do nível de reposição.

Entretanto, o problema não se encerra aí. Como foi mostrado ao longo das últimas sessões, o ritmo de crescimento não se dá de forma homogênea pelo território nacional e fatores de ordem econômica e social vão determinar significativamente a forma com que a população se comportará. De fato, as populações não são estáticas no espaço e deslocamentos ocorrem atendendo a diferentes contingências, mas aqui, sobretudo, cabe destacar o peso dos fatores econômicos no direcionamento dos fluxos migratórios. Buscando melhores condições de vida, um volume considerável de pessoas sai do seu território para localidades mais ou menos distantes, contribuindo para alterações importantes na estrutura da população de origem e de destino.

Decorre desse cenário dois problemas. Primeiro, a dinâmica migratória, ainda que tenha se alterado sensivelmente nas últimas décadas, ainda possui um caráter concentrador. Se os fluxos para o Sudeste, especialmente para São Paulo, não são mais tão expressivos quanto foram em um passado recente, isso não significa que tenham perdido a sua relevância. Ainda, considerando os fluxos de curta distância, são os polos locais, as cidades mais dinâmicas de cada região, que concentram agora parte importante dos fluxos. Temos assim, focos de concentração populacional espalhados pelo país, ao passo em que as cidades menores do entorno continuam a perder grandes parcelas de sua população. O segundo problema refere-se à taxa de fecundidade. Se podemos reconhecer a emigração das cidades e regiões menos desenvolvidas em direção aos polos mais dinâmicos e às áreas de fronteira agrícola como um processo antigo, as perdas populacionais que representava sempre foram amplamente compensadas pelas altas taxas de fecundidade dessas regiões menos desenvolvidas. Contudo, como já foi colocado em

sessão anterior, a redução das taxas de fecundidade graças a expansão da disponibilização e do uso de métodos contraceptivos, inclusive nessas regiões menos dinâmicas, inviabilizou esse sistema de compensação populacional, apesar de ainda ostentarem taxas de fecundidade relativamente mais altas.

A redução do crescimento se problematiza, então, em torno dessas regiões menos dinâmicas. Se as taxas de fecundidade se mantiverem no ritmo de queda apresentado até agora, com a clara tendência de convergência das taxas mais altas em se aproximarem daquelas apresentadas pelas regiões mais desenvolvidas, e as perdas populacionais pela migração continuarem relevantes, observaremos um processo de despovoamento de parcelas significativas do território, como já pode ser observado nos casos de diversos municípios mineiros. A tabela 5.1 traz as informações sobre proporção de municípios com taxa de crescimento negativo por mesorregião para o período entre 1970 e 2010. Busca-se aqui evidenciar o fenômeno de perda populacional dentro das mesorregiões evitando o contrapeso dos focos regionais de atração populacional, ou seja, a compensação das perdas populacionais de alguns municípios pelos ganhos de outros, reconhecendo as assimetrias existentes dentro das próprias mesorregiões. Contudo, essa forma de tabulação não é sensível à intensidade dos crescimentos negativos.

O primeiro ponto a se colocar sob essa perspectiva é a proporção considerável de municípios mineiros que apresentaram crescimento negativo no período de 2000 a 2010: 30,36%. Ainda que a proporção de municípios nessas condições tenha se reduzido desde a década de 1970, situação apresentada na última década evidencia a relevância da discussão. Como pode ser apreendido pela referida tabela, as taxas negativas não são um fenômeno localizado, o que não impede que em algumas mesorregiões ele seja mais extenso, como é o caso do Vale do Mucuri e do Vale do Rio Doce, e menos presente em outras, a exemplo do Sul/Sudoeste, Oeste e Campo das Vertentes. Da mesma forma, é notável a oscilação observada de uma década para outra, como a proporção de 72,73% de municípios com taxas negativas no período de 1991 a 2000 no Norte de Minas, mesorregião que, em geral apresenta proporções significativamente abaixo da estadual, ou as proporções acima de 80% no Vale do Mucuri nos períodos de 1970 a 1980 e 1991 a 2000, enquanto nos períodos restantes apresentou proporções inferiores a 50%.

Tabela 5.1 – Proporção de municípios com crescimento negativo, por mesorregião – Minas Gerais, 1970-2010^{3 4}

Mesorregião	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Campo das Vertentes	32,35%	29,41%	23,53%	30,56%
Central Mineira	60,00%	40,00%	36,67%	46,67%
Jequitinhonha	40,00%	30,00%	65,00%	33,33%
Metropolitana de Belo Horizonte	38,78%	23,47%	26,53%	24,76%
Noroeste de Minas	25,00%	33,33%	50,00%	36,84%
Norte de Minas	29,55%	13,64%	72,73%	23,60%
Oeste de Minas	48,84%	20,93%	20,93%	20,45%
Sul/Sudoeste de Minas	32,39%	17,61%	9,79%	26,71%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	55,74%	36,07%	34,43%	10,61%
Vale do Mucuri	82,35%	47,06%	88,24%	47,83%
Vale do Rio Doce	78,67%	56,00%	65,33%	43,14%
Zona da Mata	68,25%	35,71%	39,68%	37,32%
Total Geral	49,72%	30,19%	36,93%	30,36%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Mas a proposta aqui é tentar contribuir para a compreensão da maneira como esse processo impactaria de forma diferenciada em um contexto já fragilizado, como é o caso das mesorregiões do Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Ainda que o problema do despovoamento se apresente por todo o estado, a dinâmica apresentada pelas três regiões sugere que, potencialmente, elas apresentem um agravamento da situação nos próximos anos.

5.1 Implicações do despovoamento

A forma como se dá o despovoamento de um dado território implica que as consequências diretas dos fatores que o definem sejam também objeto de preocupação. Depreende-se daí que as implicações dos padrões migratórios e da transição demográfica

³ Entre 1980 e 1990, o município de Pratápolis foi desmembrado e, portanto, teve sua população reduzida pela divisão com o município criado.

⁴ Entre 1991 e 2000, 89 municípios foram desmembrados e, portanto, tiveram suas populações reduzidas pela divisão com os municípios criados. São eles: Abre Campo, Açucena, Águas Formosas, Águas Vermelhas, Almenara, Alpinópolis, Berilo, Bertópolis, Borda da Mata, Brasília de Minas, Bocaiúva, Bonfinópolis de Minas, Cambuí, Campanário, Caparaó, Capelinha, Carangola, Caratinga, Conselheiro Pena, Coração de Jesus, Córrego Novo, Divino, Dom Silvério, Espinosa, Francisco Badaró, Formiga, Galiléia, Grão Mogol, Iapu, Ibirité, Igarapé, Inhapim, Ipanema, Itacarambi, Itaipé, Itamarandiba, Itanhomi, Itinga, Iturama, Janaúba, Januária, João Pinheiro, Joáima, Juramento, Lagoa Santa, Malacacheta, Manga, Manhuaçu, Manhumirim, Mantena, Mateus Leme, Mato Verde, Mendes Pimentel, Mesquita, Minas Novas, Mirabela, Mirai, Monte Azul, Muriaé, Peçanha, Ponte Nova, Porteirinha, Presidente Olegário, Raul Soares, Ressaquinha, Rio do Prado, Rio Novo, Rio Pardo de Minas, Rio Preto, Salinas, Santa Bárbara, Santa Maria do Suaçuí, São Francisco, São João da Ponte, São João do Paraíso, São José do Jacuri, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Tiradentes, Tupaciguara, Turmalina, Ubaí, Uberaba, Unaí, Urucuia, Varzelândia e Vespasiano.

se relacionam com o próprio processo de despovoamento. Temos, assim, que as implicações do despovoamento para a população são extensas e multidimensionais e primeira dimensão que será abordada aqui é justamente a mais subjetiva, menos palpável e, por isso mesmo, mais negligenciada: a identidade. Os movimentos subsumidos nos fluxos migratórios têm uma dimensão física (ou espacial) e outra simbólica, traduzida no deslocamento de um grupo para outro e, decorrente disso, de uma cultura para outra.

Estendendo a análise de Freyre (2000) e resgatando Guimarães Rosa, Minas são muitas e não pode ser compreendida como uma única região cultural. De fato, a natureza, a cultura e a multiplicidade de influências exercidas sobre o território mineiro definem a sua divisão em regiões suficientemente distintas a ponto de permitir uma caracterização psicológica de cada uma delas como pode ser apreendido nas diferentes formas de manifestação cultural típicas de cada região do estado. Segundo Freyre, seria possível reconhecer diferenças regionais de temperamento a partir da análise minuciosa das formas de dança, artesanato e outras expressões culturais. A análise do autor se insere dentro de uma importante corrente de análises culturalistas, apoiadas nas formulações da psicologia experimental, especialmente nos seus esforços pelo reconhecimento de uma unidade psíquica comum aos homens, a fim de desenvolver generalizações sociológicas capazes de estruturar as identidades dos diferentes grupos (FREYRE, 1967).

Assim, seria possível, segundo Benedict (2013), observar formas sociais e de cultura identificadas com determinadas predominâncias psíquicas de temperamento ou comportamento. A autora aponta que os indivíduos da espécie humana são dotados de potencialidades fundamentalmente iguais, o que não significaria dizer, entretanto, que um indivíduo submetido desde cedo aos valores de uma sociedade apolínea⁵, quando arrancado desta e realocado em uma sociedade dionisíaca, se tornará um indivíduo dionisíaco como resultado das pressões sociais, da cultura ou de uma reeducação intelectual – pelo menos não sem praticar uma violência contra si mesmo. Se trata menos de uma apologia ao determinismo cultural do que do reconhecimento das dificuldades que envolvem o deslocamento de um indivíduo do seu grupo social. Como ressaltam De Paula e Ferreira,

⁵ Apolíneo e dionisíaco constituem um par de oposição consagrado na antropologia cultural, amplamente utilizado na categorização de sociedades tradicionais e modernas. Simplificadamente, apolínea seria a sociedade com inclinações antes à disciplina e à racionalidade do que à emoção e espontaneidade, mais características das sociedades dionisíacas.

o desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos, levando à dispersão e à perda de dignidade e da identidade. As diferentes formas de existir na sociedade do capital, marcada pela delimitação do território, onde os antagonismos são presentes e constantes, promovem o desenraizamento das culturas, tornando aquele que é ‘do lugar’ um “estranho” em sua própria casa (DE PAULA e FERREIRA, 2013, p. 75).

É preciso aqui compreender que a construção da identidade individual passa necessariamente pela identificação com o grupo e ambos estão intimamente associados ao espaço, tanto quanto ao conjunto de relações que se desenvolve sobre ele. Isso porque a identidade é instrumentalizável com vistas à coesão do grupo, mas, no ponto em que os valores e a visão de mundo do grupo são internalizados pelo indivíduo e ele passa a valorizar os seus elementos compartilhados (ANDERSON, 2005), a sensação de pertencimento referencia o ser social, que age e percebe da forma que o grupo a que ele pertence o faz. Para Hall (1995), a construção das representações identitárias, os elementos que definem a imagem do que é ser um sertanejo norte mineiro ou um jequitinhonhense, se apoia em uma série de elementos. Aqui é importante destacar sobretudo dois: a construção de uma narrativa reunindo o conjunto de imagens e símbolos que representam as experiências compartilhadas e dão sentido ao grupo; e a invenção de uma tradição que congregue as práticas de natureza simbólica, exaltando determinados valores através da repetição e representam uma continuidade em relação ao passado compartilhado. A narrativa e a tradição criam a percepção de pertencimento a algo maior e reforçam as identidades constantemente.

Pretende-se, com essa breve exposição, evidenciar a imersão do indivíduo nos valores e elementos simbólicos do seu grupo. Mais do que isso, como deixa claro a famosa frase do antropólogo americano Franz Boas, “o olho que vê é o olho da tradição”, isto é, as categorias de percepção são determinadas culturalmente. O desenraizamento que sugerem De Paula e Ferreira (2013) está associado com esse deslocamento em relação à estrutura de referências simbólicas fornecidas pelo grupo de origem e esse rompimento tem custos para o indivíduo. De fato, Mata et al. (2007) destacam como fatores favoráveis à decisão de migrar a existência de um “ambiente cultural favorável como, por exemplo, hábitos e costumes similares entre as regiões de destino e origem e a presença de indivíduos provenientes da mesma região” (MATA et al., 2007, p. 291), reduzindo assim o impacto do confronto de visões de mundo distintas.

Essa dimensão é resignificada quando resgatamos a construção e o desenvolvimento simbólico do Norte e Nordeste a partir da série oposições binárias, colocando a região como o espaço associado à tradição em oposição ao desenvolvimento e modernidade dos grandes centros urbanos, associado ao Nordeste do país em oposição ao Centro-Sul, e, finalmente, associado à pobreza em oposição à riqueza do Centro e Oeste do estado. Essas construções orientam a própria formação identitária dos grupos sociais, de modo a evidenciar as diferenças que singularizam o grupo. Essa forma de identificação, a identidade contrastiva, constitui, segundo Cardoso de Oliveira (1976), uma afirmação do nós diante dos outros, estabelecendo uma diferenciação em relação ao grupo com que nos defrontamos e, por isso mesmo, é uma identidade de qualidade opositora, que não se define de maneira isolada: ela se afirma na mesma medida em que nega outra identidade. Para o autor, as categorias culturais se comportam como papéis e, portanto, não são mais do que indiretamente descritivas das características empíricas de grupos de pessoas. Assim sendo, a identidade não pode ser definida em termos absolutos, mas levando em conta o sistema de identidades na qual está inserida.

A orientação dos movimentos migratórios, promovendo o deslocamento de grandes volumes populacionais entre os diferentes espaços simbólicos coloca em perspectiva a questão da interação das diversas referências culturais, das diferentes expectativas sociais e das várias visões de mundo. Significa problematizar a própria inserção desses contingentes nos locais de destino dos fluxos migratórios. É necessário, então, que os rearranjos promovidos pelos deslocamentos populacionais sejam objeto de maior atenção, para observar como se reproduzem as identidades de grupo, tanto dos emigrantes quanto dos remanescentes. De fato, a migração não afeta unicamente as referências culturais dos migrantes, mas também as localidades que sofrem a evasão populacional. Como aponta Benedict (2013), uma sociedade não constitui o simples somatório de suas partes, mas o resultado singular da associação de certa configuração de fatores e suas inter-relações, produzindo uma nova entidade. Decorre disso que os impactos promovidos pelos fluxos migratórios produzem abalos na estrutura social posta, alterando a dinâmica das construções identitárias e deslocando as referências simbólicas do grupo remanescente.

Outra dimensão relevante é o impacto promovido sobre a estrutura etária da população. Recorrendo ao trabalho de Matos com os dados do censo de 1991, Augusto, Brito e Barbieri (2008) apontam as características do grupo de emigrantes do

Jequitinhonha como majoritariamente jovem, entre 10 e 34 anos de idade, e com uma pequena predominância de homens, sugerindo que a mobilidade dessa população possa ser justificada, em grande parte, pela busca por melhores condições de emprego e renda. Esse perfil, de fato, ilustra o que seria um padrão generalizado nos movimentos migratórios: pessoas jovens, em idade ativa, orientadas aos mercados de trabalho mais dinâmicos. Os movimentos de retorno, apesar da crescente importância, não são suficientes para modificar esse perfil, especialmente no caso das mesorregiões mineiras.

Assim, tendo esse perfil como referência, podemos concluir, como sugere Sousa (2010), que os fluxos migratórios podem apresentar uma série de consequências para a estrutura etária e organização econômica das regiões, considerando que a evasão da população jovem impacta diretamente três importantes dimensões. Primeiro, a migração em busca de melhores condições de trabalho e emprego promove, na localidade de origem dos fluxos, a redução da população em idade ativa e potencialmente da população economicamente ativa, traduzindo-se na redução da mão de obra disponível. Segundo, a migração representa também a redução da população feminina em idade reprodutiva, que, por sua vez, conduz para a queda da natalidade, ou seja, do número absoluto de nascimentos. Finalmente, considerando o deslocamento de famílias, a busca por outros mercados de trabalho pode também implicar na redução das populações de faixas etárias mais novas pela evasão de crianças acompanhando o movimento migratório dos pais.

Essas três dimensões, por sua vez, trariam consequências para a distribuição dos grupos etários pela população. A redução da natalidade, tanto pela referida redução da população feminina em idade reprodutiva quanto por meio da redução das taxas de fecundidade, e a própria perda populacional nas parcelas mais jovens seriam fatores determinantes para o envelhecimento da população, mais do que a queda da mortalidade e o aumento da expectativa de vida (Sousa, 2010). Esse fenômeno pode ser observado na evolução da participação de cada um dos grupos etários na população total. De modo a ilustrar essa colocação, a tabela 5.1.1 traz as proporções de três grandes grupos etários, 14 anos ou menos, entre 15 e 64 anos e 65 anos ou mais, na população total para cada mesorregião mineira nos anos de 1991, 2000 e 2010.

Observa-se para todas as mesorregiões a redução a cada década da população de 14 anos ou menos, traduzindo na queda dessa faixa etária na população do estado de 33,89% em 1991 para 22,42% em 2010. Ao mesmo tempo, a população mineira com 65

anos ou mais aumenta gradativamente, passando de 4,97% do total em 1991 para 6,21% em 2000 e, finalmente, 8,14% em 2010. Podemos perceber que Jequitinhonha, Norte de Minas e Vale do Mucuri apresentaram proporções da população de 14 anos ou menos consideravelmente superiores à média estadual durante as três décadas. Contudo, no que se refere à população com 65 anos ou mais, enquanto o Jequitinhonha e o Vale do Mucuri ostentaram proporções maiores que a média estadual durante todo o período, o Norte de Minas apresentou números inferiores. Isso não é suficiente para que o Norte juntamente das duas outras mesorregiões tenham deixado de apresentar as menores proporções de população entre 15 e 64 anos de idade. De fato, a posição relativa de cada mesorregião não se altera de forma significativa aos longo das décadas analisadas, evidenciando a forma indiscriminada com que ocorre a redução das populações mais jovens e o incremento das idosas.

Tabela 5.1.1 – Distribuição populacional por faixas etárias selecionadas para as mesorregiões – Minas Gerais, 1991-2010

Mesorregiões	14 anos ou menos (1991)	Entre 15 e 64 anos (1991)	65 anos ou mais (1991)	14 anos ou menos (2000)	Entre 15 e 64 anos (2000)	65 anos ou mais (2000)	14 anos ou menos (2010)	Entre 15 e 64 anos (2010)	65 anos ou mais (2010)
Campo das Vertentes	30,83%	63,45%	5,73%	26,24%	66,76%	7,00%	20,77%	70,37%	8,86%
Central Mineira	33,90%	61,04%	5,06%	29,00%	64,40%	6,61%	22,73%	68,51%	8,76%
Jequitinhonha	40,97%	54,05%	4,98%	34,67%	58,88%	6,45%	27,02%	64,28%	8,70%
Metropolitana de Belo Horizonte	32,81%	62,89%	4,30%	27,39%	67,24%	5,37%	21,66%	71,02%	7,32%
Noroeste de Minas	38,13%	58,41%	3,46%	32,17%	63,10%	4,73%	25,44%	67,98%	6,58%
Norte de Minas	41,24%	54,63%	4,13%	34,34%	60,42%	5,24%	26,48%	66,29%	7,23%
Oeste de Minas	31,06%	63,43%	5,51%	26,20%	67,06%	6,73%	20,87%	70,73%	8,40%
Sul/Sudoeste de Minas	31,60%	62,64%	5,76%	27,05%	65,98%	6,97%	21,52%	69,59%	8,89%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	31,11%	64,08%	4,81%	26,30%	67,61%	6,09%	21,02%	70,99%	7,99%
Vale do Mucuri	38,73%	55,94%	5,33%	32,06%	60,72%	7,22%	25,95%	64,55%	9,51%
Vale do Rio Doce	35,99%	59,07%	4,94%	29,62%	63,85%	6,53%	23,86%	67,46%	8,68%
Zona da Mata	31,99%	61,66%	6,35%	26,97%	65,32%	7,71%	21,36%	69,15%	9,49%
Minas Gerais	33,89%	61,14%	4,97%	28,37%	65,43%	6,21%	22,42%	69,44%	8,14%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

A intensidade com que se dão essas mudanças, no entanto, não é igual por todo o estado. A análise das taxas de crescimento das grandes faixas populacionais para cada uma das mesorregiões mineiras apresentadas na tabela 5.1.2 permite observar que Vale do Mucuri, Jequitinhonha e Norte de Minas, além do Vale do Rio Doce, observaram ritmos mais intensos de queda da população com 14 anos ou menos. Ao mesmo tempo, Jequitinhonha e Vale do Mucuri apresentaram as menores taxas de crescimento da população entre 15 e 64 anos, tanto para o período de 1991 a 2000 (respectivamente

1,29% e 0,5%) quanto para o de 2000 a 2010 (1,18% e 0,74%). No outro extremo, a Região Metropolitana e o Triângulo/Alto Paranaíba, duas das regiões com os melhores indicadores econômicos e sociais do estado, observaram os maiores incrementos proporcionais da população entre 15 e 64 anos. O crescimento da população de 65 anos ou mais apresenta padrões menos evidentes, mas é interessante notar que, com exceção do Norte de Minas e do Jequitinhonha todas as regiões observaram queda no ritmo de crescimento dessa faixa populacional.

Tabela 5.1.2 – Taxa de crescimento por faixas etárias selecionadas para as mesorregiões – Minas Gerais, 1991-2010

Mesorregiões	Taxa Crescimento Pop. 14 ou menos		Taxa Crescimento Pop. entre 15 e 64 anos		Taxa Crescimento Pop. 65 anos ou mais	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Campo das Vertentes	-0,73%	-1,53%	1,64%	1,34%	3,35%	3,20%
Central Mineira	-0,74%	-1,62%	1,60%	1,43%	4,04%	3,69%
Jequitinhonha	-1,51%	-2,17%	1,29%	1,18%	3,25%	3,35%
Metropolitana de Belo Horizonte	0,11%	-1,24%	2,90%	1,66%	4,69%	4,28%
Noroeste de Minas	-0,87%	-1,43%	1,89%	1,67%	4,59%	4,31%
Norte de Minas	-0,99%	-1,82%	2,18%	1,70%	3,76%	4,04%
Oeste de Minas	-0,28%	-0,98%	2,25%	1,84%	3,90%	3,57%
Sul/Sudoeste de Minas	-0,20%	-1,47%	2,13%	1,35%	3,71%	3,29%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	-0,10%	-0,86%	2,39%	1,88%	4,48%	4,16%
Vale do Mucuri	-2,48%	-1,97%	0,50%	0,74%	3,00%	2,92%
Vale do Rio Doce	-1,61%	-1,60%	1,41%	1,11%	3,71%	3,46%
Zona da Mata	-0,84%	-1,64%	1,71%	1,26%	3,25%	2,80%
Minas Gerais	-0,55%	-1,43%	2,20%	1,52%	3,96%	3,69%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano – Elaboração própria

De acordo com Corrêa e Bertolucci (2010), a tendência demográfica mais relevante apresentada nos anos recentes é o processo de envelhecimento populacional. Utilizando como base as projeções estimadas pelo IBGE, os autores apontam que a parcela da população brasileira com 60 ou mais anos de idade, que em 1980 representava 6% do total, chegaria a algo em torno de 30% em 2050, graças à queda generalizada das taxas de fecundidade observada em todo o país, mas especialmente nas regiões metropolitanas, onde taxas abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher ao final do período reprodutivo) são relativamente comuns. Ainda que com impacto menor, Corrêa e Bertolucci consideram como dimensões relevantes nessa tendência o aumento da longevidade das populações graças à expansão e qualificação dos serviços de saneamento e saúde e a dinâmica migratória que, como já foi sugerido, tende a incidir com maior ênfase sobre determinadas faixas etárias (BASTOS et al., 2012; CORRÊA e BERTOLUCCI, 2010).

No que se refere à migração, Corrêa e Bertolucci (2010) apontam uma convergência interessante. Observam que a distribuição da população idosa pelo estado de Minas Gerais se assenta significativamente sobre as áreas de histórica perda populacional pelo fluxo migratório. Os autores explicam que, no deslocamento em direção das regiões mais dinâmicas economicamente, porções significativas da população em idade ativa evadem dos seus municípios, os quais se mostraram incapazes de absorver plenamente a mão de obra disponível, provocando a redução desses grupos etários na população local (CORRÊA e BERTOLUCCI, 2010). Concluem alertando para uma potencial consequência do envelhecimento populacional sobre o atual perfil das migrações. Segundo eles, dentro de um cenário de envelhecimento populacional, associado à mudança da dinâmica migratória promovendo intensos fluxos de retorno às regiões de origem, a migração dos grupos etários mais avançados poderá trazer novos impactos às estruturas etárias locais, exigindo assim uma atenção especial do setor público na promoção de políticas de atendimento desse grupo.

Assim, o envelhecimento populacional em decorrência da migração promove a redução proporcional da população economicamente ativa, aumentando a razão de dependência da região. Isso significa que uma parcela menor da população precisa produzir para o sustento dos grupos economicamente inativos. Como foi apontado no início deste trabalho, a distribuição dos municípios segundo a razão de dependência marca claramente a divisão do estado, com os territórios do Norte e Nordeste apresentando valores elevados, enquanto o Centro-Sul e o Oeste exibem razões de dependência relativamente baixas. As consequências desse cenário se refletem na renda per capita das regiões, em franco prejuízo do Norte, Jequitinhonha e Mucuri.

Outra dimensão dessa mesma situação é ilustrada na tabela 5.1.3, que mostra o cruzamento entre os grupos de municípios mineiros com crescimento negativo, crescimento positivo abaixo da taxa de crescimento do estado de Minas Gerais e crescimento acima dessa taxa com os grupos de municípios abaixo e acima da taxa de crescimento do PIB de Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010. A distribuição dos municípios dentro das classes de crescimento populacional reflete essa dimensão e evidencia uma importante consequência dos movimentos migratórios sugerida na sessão anterior. O estado de Minas Gerais totaliza 853 municípios, dos quais 259 apresentaram taxas de crescimento populacional negativas, 347 tiveram crescimento positivo abaixo da taxa estadual (0,91% ao ano) e 247 ostentaram crescimento populacional acima do estado.

No que se refere à taxa de crescimento do PIB, 597 municípios, ou seja, 69,99% do total de municípios, apresentaram valores abaixo da taxa estadual (4,54% ao ano), enquanto 256 (30,01%) mostraram crescimento superior ao estado. No cruzamento dos dados, observamos que, dentre os municípios com crescimento negativo, 86,10% apresentaram taxas de crescimento do PIB abaixo da taxa estadual. Essa proporção é reduzida na medida em que se avança pelas classes de maior crescimento populacional, conduzindo para que a classe dos municípios com crescimento populacional acima da taxa estadual tivesse apenas 53,85% dos seus municípios com crescimento do PIB abaixo do nível do estado.

Tabela 5.1.3 – Municípios segundo classe de taxa de crescimento do PIB e classe de taxa de crescimento populacional – Minas Gerais, 2000-2010

Classe de População	Classe de PIB		Total Geral
	Abaixo da Média	Acima da Média	
Crescimento Negativo	86,10%	13,90%	100,00%
Crescimento Positivo Abaixo da Média	69,45%	30,55%	100,00%
Crescimento Acima da Média	53,85%	46,15%	100,00%
Total Geral	69,99%	30,01%	100,00%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Sistema de Contas Regionais Referência 2009 – Elaboração própria

Os dados parecem indicar que taxas maiores de crescimento populacional contribuem para que o município apresente também maiores taxas de crescimento do PIB. Ao mesmo tempo, o crescimento reduzido ou, especialmente, o decréscimo representam um impacto negativo sobre o crescimento econômico. Submetendo os dados selecionados a um teste de independência, encontra-se um valor de 62,6986 para a estatística χ^2 , com um valor tabelado de 5,99 para 2 graus de liberdade e erro de 0,05. Rejeita-se, portanto, a hipótese de independência entre os grupos, permitindo concluir que o crescimento populacional apresenta uma correlação positiva com o crescimento do PIB. É possível sugerir que os municípios que perdem população, dado o perfil da população migrante já discutido – uma população fundamentalmente em idade ativa – perdem capital humano e, por consequência, capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, as localidades que recebem esses contingentes observam aumento produtivo apoiado no incremento dos insumos.

5.2 Despovoamento Rural

Um aspecto muito relevante na dinâmica das migrações e que oferece uma base de análise já bastante amadurecida sobre a questão do despovoamento é o despovoamento das zonas rurais. A tabela 5.2.1 apresenta as taxas de crescimento das populações urbana e rural desde a década de 1960 até 2010 e permite observar o processo de despovoamento das zonas rurais pelo estado. No período de 1960 a 1970 ainda se observa a separação entre as mesorregiões do estado quanto a forma de crescimento da população, com regiões já em processo de esvaziamento rural e incremento das populações urbanas, casos do Campo das Vertentes, Central Mineira, Região Metropolitana, Oeste de Minas, Sul/Sudoeste de Minas, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Zona da Mata. Em oposição, mesorregiões como o Jequitinhonha, o Noroeste e o Norte apresentavam perda populacional nos centros urbanos e crescimento da população rural. A partir da década de 1970, no entanto, as populações rurais de todo o estado entram em processo de redução constante, mantendo quase invariavelmente em todas as mesorregiões um padrão de aumento das populações urbanas e redução das populações rurais.

Tabela 5.2.1 – Taxa de crescimento anual das populações urbana e rural por década para as mesorregiões – Minas Gerais, 1960-2010

Mesorregião	1960-1970		1970-1980		1980-1991		1991-2000		2000-2010	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Campo das Vertentes	5,43%	-2,59%	2,50%	-1,12%	1,92%	-1,03%	2,03%	-2,26%	1,23%	-1,20%
Central Mineira	4,21%	-1,67%	2,41%	-3,22%	2,16%	-2,05%	2,06%	-3,35%	1,14%	-1,21%
Jequitinhonha	-1,84%	2,81%	2,75%	-1,11%	2,91%	-0,79%	2,24%	-1,71%	1,22%	-1,04%
Metropolitana de Belo Horizonte	11,45%	-6,17%	4,67%	-1,64%	2,51%	0,66%	2,69%	-3,99%	1,25%	-1,46%
Noroeste de Minas	-0,72%	6,33%	7,09%	-0,62%	4,45%	-2,86%	3,29%	-3,67%	1,39%	-0,60%
Norte de Minas	-1,90%	3,71%	6,06%	-1,05%	3,90%	-0,34%	2,91%	-1,65%	1,50%	-0,73%
Oeste de Minas	4,69%	-2,56%	3,53%	-2,34%	2,40%	-1,31%	2,50%	-2,25%	1,69%	-1,17%
Sul/Sudoeste de Minas	2,86%	-1,46%	3,54%	-1,45%	2,68%	-0,89%	2,48%	-1,15%	1,29%	-1,03%
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba	5,56%	-1,70%	4,90%	-3,66%	2,52%	-1,97%	2,46%	-2,52%	1,64%	-1,02%
Vale do Mucuri	-2,90%	-3,60%	1,76%	-3,57%	1,25%	-1,13%	0,73%	-2,19%	0,63%	-0,86%
Vale do Rio Doce	1,31%	1,20%	3,93%	-3,37%	1,70%	-1,67%	1,95%	-2,91%	1,12%	-1,47%
Zona da Mata	2,34%	-1,50%	2,50%	-2,12%	2,29%	-1,10%	2,22%	-2,01%	1,21%	-1,26%
Minas Gerais	4,34%	-1,00%	4,01%	-2,07%	2,50%	-0,96%	2,46%	-2,26%	1,31%	-1,10%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Elaboração própria

Discutindo especificamente o caso da região Norte, De Paula e Ferreira (2013) e França e Soares (2006) partem de como o processo de industrialização desencadeado pelos investimentos públicos na região, especialmente os incentivos fiscais e financeiros proporcionados pela atuação da SUDENE, criaram as condições necessárias para o início da urbanização nessa região para compreender a relação dos espaços rural e urbano que se estruturou a partir desse ponto. Segundo os autores, a industrialização representou uma

potencial oferta de empregos, tornando alguns municípios da região mais atrativos aos fluxos migratórios originados em diversas localidades.

Em consequência disso, o processo de urbanização da região apresentou um caráter concentrador, marcado pela perda de parcelas significativas das populações de alguns municípios em favor de outros que oferecessem um pacote de serviços e recursos mais atrativos, conduzindo para um esvaziamento dos municípios menos estruturados e desarticulando a estrutura de relações sociais locais (DE PAULA e FERREIRA, 2013; PEREIRA e SOARES, 2006; FRANÇA e SOARES, 2006). De fato, De Paula e Ferreira (2013), recorrendo a dados fornecidos pela Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene – AMANS, apontam para a diminuição da população em vários municípios norte mineiros, como resultado dos esforços de integração ao mercado de trabalho, fazendo com que a migração dentro da própria região ganhe relevo em relação às demais modalidades migratórias.

Pode-se argumentar que o modelo de desenvolvimento imposto na região de cima para baixo não considerou os efeitos negativos decorrentes da mudança das bases referenciais fundamentalmente rurais dos grupos sociais. Ainda que a maior parte da população do Norte se encontre nas cidades, dentro da própria região se observa grande heterogeneidade na distribuição da população entre os espaços urbano e rural dos seus municípios. Recorrendo a dados do Censo de 2000, Pereira e Soares (2006) apontam uma proporção significativa de municípios com a maioria de sua população na zona rural (à época, em torno de 52,8% dos municípios), tendo a agricultura tradicional como principal fonte de subsistência.

No esforço de alterar este cenário, acreditando nos benefícios da concentração populacional, ações incentivando o deslocamento populacional em direção aos centros urbanos foram levadas a efeito pelo poder público sem, contudo, instrumentalizar a integração desse contingente à população urbana. O próprio modelo de atuação do Estado, cuja prestação de serviços tende a privilegiar os espaços urbanos em detrimento da população rural, parece orientar os deslocamentos populacionais como forma necessária de inclusão socioeconômica. Entretanto, os contingentes populacionais oriundos dos campos dificilmente são plenamente integrados ao espaço urbano, “engrossando as massas marginalizadas que vivem em condições subumanas nas favelas, alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obras da

construção civil” (DE PAULA e FERREIRA, 2013, p. 75). Ao mesmo tempo, a permanência das antigas comunidades rurais é significativamente ameaçada pela ênfase dos investimentos estatais nos grandes empreendimentos agrários, num esforço de modernização e aperfeiçoamento produtivo do campo (FRANÇA e SOARES, 2006).

Em convergência com essa percepção, De Paula e Ferreira (2013) sugerem que a estrutura produtiva do norte do estado apoiada na grande propriedade, reproduzida e reforçada na atuação do Estado brasileiro, é determinante para a exclusão dos pequenos produtores rurais do acesso às condições necessárias para a sua subsistência. O decorrente esvaziamento do meio rural com o deslocamento desses contingentes para as cidades acaba por evidenciar a mencionada dificuldade dos centros urbanos em receber de forma adequada esses fluxos migratórios, levando as autoras a concluírem que a única forma de intervenção estatal capaz de atingir positivamente as condições de vida das famílias de migrantes rurais no Norte de Minas Gerais seria por meio de políticas de desenvolvimento sustentável apoiadas por um processo de reforma agrária (DE PAULA e FERREIRA, 2013).

6 Conclusão

Em um contexto onde as taxas de fecundidade são cada vez menores, o crescimento vegetativo tem a sua importância para o crescimento populacional das regiões reduzida expressivamente, deslocando para a migração o papel de principal determinante. Assim, a capacidade de atrair e reter os grupos de migrantes se torna fundamental para garantir um ritmo de crescimento significativo.

Como foi discutido ao longo deste trabalho, existe uma convergência entre os deslocamentos populacionais e o desenvolvimento econômico e o ponto que sobressai é que essa relação se dá nos dois sentidos. Os fluxos migratórios se orientam, em grande medida, para as regiões que ofereçam melhores condições de vida e trabalho, que ofereçam melhores serviços e maior segurança. Se direcionam, portanto, para as regiões mais ricas, com mercados mais dinâmicos e estruturas urbanas melhor desenvolvidas. Ao mesmo tempo, as regiões que reúnem as condições para atrair esses contingentes populacionais se beneficiam desse incremento de mão de obra, com custo menor que a mão de obra local, promovendo crescimento produtivo e aumentando as riquezas da região. Mesmo que a dinâmica migratória já não seja a mesma de décadas atrás, persiste ainda essa lógica, beneficiando algumas regiões em detrimento de outras, traduzindo-se no processo de despovoamento de parcelas importantes do território.

É o reconhecimento dessa problemática que orientou o presente trabalho, sintetizando na medida do possível a trajetória dos determinantes do crescimento regional, levantando algumas das possíveis consequências da interação desses fatores. Não seria possível evitar, portanto, de concluir com algumas considerações sobre a atuação do Estado nessa perspectiva, ainda que reconhecendo as limitações deste espaço.

O primeiro ponto a se colocar é como o Estado pode intervir no processo de despovoamento. Com base na dinâmica apresentada, concluímos que o motivador principal dos movimentos migratórios é a inserção em mercados de trabalho mais dinâmicos como meio de garantir melhores condições de vida. Esse deslocamento depende de um cálculo do agente ponderando os custos e benefícios da migração, especialmente porque fatores não tangíveis e não mensuráveis (fatores culturais, relações sociais entre outros) tem um peso relevante nessa decisão. A promoção de políticas de trabalho e renda nas localidades de forte evasão populacional contribuiria para reduzir os benefícios relativos da migração da população em idade ativa – retendo, assim, a potencial

mão de obra disponível – e para criar as condições favoráveis para o incentivo dos movimentos de retorno, ainda escassos no caso do Norte, Jequitinhonha e Mucuri. Com essa mesma orientação, políticas fiscais e de investimento para fomentar a produção local e atrair empresas para o território seriam importantes medidas para a dinamização da sua economia. Contudo, a dimensão econômica não pode resumir o pacote de incentivos à permanência da população local. Investimentos em educação atrelados à políticas de qualificação profissional ajudariam a reter as parcelas mais jovens da população enquanto investimentos em saúde, transportes e infraestrutura urbana trariam um incremento para o bem estar geral da população, reduzindo a defasagem estrutural dos municípios que sofrem com os saldos migratórios negativos em relação aos demais. No caso das populações rurais, políticas de incentivo à pequena propriedade e programas de fomento ao associativismo e à agroindústria familiar são alguns instrumentos com potenciais efeitos positivos sobre a viabilização do povoamento das zonas rurais.

Resta ponderar sobre a exequibilidade dessas proposições. Dos 259 municípios mineiros que tiveram crescimento negativo entre 2000 e 2010, apenas três têm mais de trinta mil habitantes, são municípios de pequeno porte com base tributária reduzida e altamente dependentes de repasses governamentais. Uma forma de lidar com essa limitação seria a expansão do recurso aos consórcios públicos, alimentando a cooperação tanto vertical quanto horizontal naqueles assuntos de interesse comum.

O segundo aspecto refere-se às implicações do processo de despovoamento. Ferreira et al. (2012) apontam, como algumas de suas consequências, a subutilização da infraestrutura existente, aumentando o custo per capita da capacidade instalada. Por outro lado, Brito (2008) sugere que as circunstâncias ocasionadas pela transição demográfica e o próprio despovoamento podem oferecer oportunidades a serem exploradas pelo Estado na promoção de políticas públicas. De acordo com o autor, a redução da população jovem representa uma redução também da demanda pela expansão dos serviços voltados a essa faixa populacional, que é o caso, por exemplo, dos serviços de educação promovidos pelo Estado. Seria, na ótica do autor, uma oportunidade de qualificar a prestação dos serviços públicos e, por esse meio, contribuir para a mobilidade social e redução das desigualdades sociais. O mesmo poderia ser dito quanto à prestação de serviços gerais, como transporte e saúde, mas dependeria, sobretudo, da capacidade e flexibilidade do Estado em reconhecer e assimilar, na sua atuação, as mudanças do cenário concreto.

Apesar deste trabalho ter se esforçado em abordar a questão do despovoamento sob dimensões diferentes, não seria possível aqui esgotar as possibilidades de análise, ou mesmo explorar todos os seus vieses. Mas uma última consideração se faz necessária. Ainda que se tenha tentado evidenciar as diferenças entre as regiões do Norte, Jequitinhonha e Vale do Mucuri em relação ao restante do estado, demonstrando as condições concretas que consubstanciam a especificidade da situação de fragilidade de grande parte das populações locais, é importante que esse recorte não subsuma as idiosincrasias de cada uma dessas mesorregiões. Todas mereceriam análises mais detidas e específicas às condições locais, atentando especialmente para a dinâmica estabelecida entre os municípios de pequeno porte e os polos locais. O esforço aqui empreendido busca apenas oferecer uma pequena contribuição para colocar em discussão o problema do despovoamento, uma questão a ser melhor analisada, especialmente na dimensão do Estado.

Bibliografia

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. Edições 70. Lisboa, 2005.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/> Acessado em 31/10/2015.

AUGUSTO, H. A.; BRITO, F. R.; BARBIERI, A. F. O Norte e Nordeste de Minas Gerais no contexto das migrações contemporâneas brasileiras. Redes, vol. 13, nº 3. Santa Cruz do Sul (RS), 2008.

BARONET, P. R. Porque se dá o despovoamento das regiões do interior: a construção social das trajetórias de saída. Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra. Oficina nº 383, 2012.

BASTOS, S. Q. A.; MARIONI, L. S.; BERALDO, A. F.; SALDANHA, R. F. Atração, repulsão ou rotatividade: análise do padrão migratório em Minas Gerais. In: XV Seminário sobre a Economia Mineira, Diamantina (MG), 2012.

BENEDICT, R. Padrões de cultura. Editora Vozes – Coleção Antropologia. Petrópolis (RJ), 2013.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Nova delimitação do Semi-Árido brasileiro. Brasília, 2005.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. Rev. bras. Est. Pop., v. 25, n. 1, p. 5-26, São Paulo, 2008.

CAMPOS, L. H. R.; FUSCO, W. Municípios nordestinos e crescimento populacional: correspondência entre migração e desenvolvimento. In: Rev. Inter. Mob. Hum, Brasília, Ano XVII, Nº 33, p. 79-100, 2009.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Bras. Est. Pop., v. 22, nº 2, São Paulo, 2005.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da Federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985/1990. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2002 (Relatório de pesquisa) Disponível em <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/outraspub/demoedu/parte1cap1p13a44.pdf>> Acessado em 01/12/2015.

- CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. Associação Brasileira de Estudos Populacionais. 2ª Edição, 1998.
- CORRÊA, C. S.; BERTOLUCCI, L. Impacto da migração no envelhecimento dos municípios mineiros - uma modelagem hierárquica. Anais do XIV Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina (MG), 2010.
- CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. A Migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D. J. et al. Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: Nepo-Unicamp/Pronex, 2000.
- DE PAULA, A. M. N. R.; FERREIRA, M. L. A. Grande sertão: a região mineira do Nordeste. Universidade Estadual de Montes Claros. Revista Argumentos, nº 7, 2013.
- FERREIRA, F. P. M.; RIBEIRO, A. M.; RIANI, J. L. R.; MARINHO, K. R. L.; CAMARGOS, M. C. S. População e políticas públicas: tendências e cenários para Minas Gerais. In Cadernos BDMG, nº 21, 2012.
- FRANÇA, I. S.; SOARES, B. R. O sertão norte-mineiro e suas transformações recentes. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. Trabalho apresentado no II Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”. Uberlândia – MG, jun/2006.
- FREYRE, G. Novo mundo nos trópicos. Topbooks, 2ª edição. Rio de Janeiro, 2000.
- FREYRE, G. Sociologia: introdução no estudo dos seus princípios. 4ª edição, Livraria Jorge Olímpio. Rio de Janeiro, 1967.
- HALL, S. A Questão da Identidade Cultural. In: Textos Didáticos, nº 18 – dez 1995.
- HORTA, C. J. G. Nível recente de fecundidade em Minas Gerais e regiões de planejamento. In: XVI Seminário Sobre Economia Mineira. Diamantina, 2014.
- IBGE. Censo Demográfico 2010: nupcialidade, fecundidade e migração – Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2010.
- IBGE. Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Estudos e pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, número 28. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/sintese.php>>. Acessado em 10/10/2015.
- MATA, D.; OLIVEIRA, C. W. A.; PIN, C.; RESENDE, G. Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: Alexandre Carvalho et al. (Org.). Dinâmica dos municípios. Brasília, 2007.

MATOS, R.; GARCIA, R. A. Espacialidades do PIB e da migração em Minas Gerais. In: Anais do XII Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina (MG), 2006.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Caderno regional do Jequitinhonha/Mucuri. 2014.

MIRANDA, L. C. Nos caminhos do Vale: o (des) envolvimento no Jequitinhonha. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, R. C. Identidade, etnia e estrutura social. Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES. Glosario sobre migración. Derecho Internacional sobre Migración, nº 7, Ginebra (SUI), 2006.

OSIS, M. J. M. D. Pasm: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Cad. Saúde Pública [online], vol.14, suppl.1, 1998.

PEREIRA, A. M.; SOARES, B. R. O rural e o urbano no Norte de Minas (MG): uma abordagem sob a ótica da paisagem. Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia. Trabalho apresentado no II Encontro de Grupos de Pesquisa “Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”. Uberlândia (MG), 2006.

PEREIRA, L. M. Em nome da região, a serviço do capital: o regionalismo político Nortemineiro. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

SOUSA, P. R. B. As encruzilhadas do Despovoamento: Interior, Jovens e Emprego – o caso do Conselho de Castro Daire. Dissertação de mestrado. Universidade de Coimbra. Portugal, 2010

Anexo

Quadro 1 – Taxas de crescimento populacional ao ano dos municípios da mesorregião do Jequitinhonha – Minas Gerais, 2000-2010

Mesorregião	Município	Taxa Crescimento Pop 2000/2010
Jequitinhonha	Almenara	0,92%
Jequitinhonha	Angelândia	0,69%
Jequitinhonha	Araçuaí	0,08%
Jequitinhonha	Aricanduva	1,15%
Jequitinhonha	Bandeira	-0,64%
Jequitinhonha	Berilo	-0,54%
Jequitinhonha	Cachoeira de Pajeú	0,50%
Jequitinhonha	Capelinha	1,09%
Jequitinhonha	Carai	0,63%
Jequitinhonha	Carbonita	0,20%
Jequitinhonha	Chapada do Norte	-0,02%
Jequitinhonha	Comercinho	-2,05%
Jequitinhonha	Coronel Murta	-0,02%
Jequitinhonha	Couto de Magalhães de Minas	0,48%
Jequitinhonha	Datas	0,33%
Jequitinhonha	Diamantina	0,36%
Jequitinhonha	Divisópolis	3,31%
Jequitinhonha	Felício dos Santos	-1,08%
Jequitinhonha	Felisburgo	0,98%
Jequitinhonha	Francisco Badaró	-0,06%
Jequitinhonha	Gouveia	-0,01%
Jequitinhonha	Itamarandiba	0,91%
Jequitinhonha	Itaobim	-0,13%
Jequitinhonha	Itinga	0,36%
Jequitinhonha	Jacinto	0,04%
Jequitinhonha	Jenipapo de Minas	0,93%
Jequitinhonha	Jequitinhonha	0,52%
Jequitinhonha	Joáima	0,26%
Jequitinhonha	Jordânia	0,46%
Jequitinhonha	José Gonçalves de Minas	-0,31%
Jequitinhonha	Leme do Prado	0,14%
Jequitinhonha	Mata Verde	1,06%
Jequitinhonha	Medina	-0,29%
Jequitinhonha	Minas Novas	0,05%
Jequitinhonha	Monte Formoso	0,54%
Jequitinhonha	Novo Cruzeiro	0,09%
Jequitinhonha	Padre Paraíso	0,76%
Jequitinhonha	Palmópolis	-2,45%
Jequitinhonha	Pedra Azul	0,10%
Jequitinhonha	Ponto dos Volantes	0,75%
Jequitinhonha	Presidente Kubitschek	0,03%
Jequitinhonha	Rio do Prado	-0,33%
Jequitinhonha	Rubim	0,26%
Jequitinhonha	Salto da Divisa	0,12%

Mesorregião	Município	Taxa Crescimento Pop 2000/2010
Jequitinhonha	Santa Maria do Salto	-0,29%
Jequitinhonha	Santo Antônio do Jacinto	-0,31%
Jequitinhonha	São Gonçalo do Rio Preto	0,31%
Jequitinhonha	Senador Modestino Gonçalves	-1,26%
Jequitinhonha	Turmalina	1,44%
Jequitinhonha	Veredinha	0,54%
Jequitinhonha	Virgem da Lapa	-0,04%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração própria

Quadro 2 – Taxas de crescimento populacional ao ano dos municípios da mesorregião do Norte de Minas – Minas Gerais, 2000-2010

Mesorregião	Município	Taxa Crescimento Pop 2000/2010
Norte de Minas	Águas Vermelhas	0,69%
Norte de Minas	Berizal	0,96%
Norte de Minas	Bocaiúva	0,86%
Norte de Minas	Bonito de Minas	2,09%
Norte de Minas	Botumirim	-0,50%
Norte de Minas	Brasília de Minas	0,31%
Norte de Minas	Buritzeiro	0,39%
Norte de Minas	Campo Azul	0,30%
Norte de Minas	Capitão Enéas	0,80%
Norte de Minas	Catuti	-0,45%
Norte de Minas	Chapada Gaúcha	4,04%
Norte de Minas	Claro dos Poços	-0,52%
Norte de Minas	Cônego Marinho	0,92%
Norte de Minas	Coração de Jesus	0,12%
Norte de Minas	Cristália	0,31%
Norte de Minas	Curral de Dentro	1,47%
Norte de Minas	Divisa Alegre	2,03%
Norte de Minas	Engenheiro Navarro	0,05%
Norte de Minas	Espinosa	0,04%
Norte de Minas	Francisco Dumont	0,81%
Norte de Minas	Francisco Sá	0,56%
Norte de Minas	Fruta de Leite	-1,31%
Norte de Minas	Gameleiras	-0,24%
Norte de Minas	Glaucilândia	0,68%
Norte de Minas	Grão Mogol	0,55%
Norte de Minas	Guaraciama	0,54%
Norte de Minas	Ibiaí	0,78%
Norte de Minas	Ibiracatu	-0,60%
Norte de Minas	Icaraí de Minas	1,44%
Norte de Minas	Indaiabira	-0,13%
Norte de Minas	Itacambira	0,91%
Norte de Minas	Itacarambi	0,15%

Mesorregião	Município	Taxa Crescimento Pop 2000/2010
Norte de Minas	Jaíba	2,10%
Norte de Minas	Janaúba	0,81%
Norte de Minas	Januária	0,29%
Norte de Minas	Japonvar	0,22%
Norte de Minas	Jequitaiá	-0,89%
Norte de Minas	Josenópolis	0,71%
Norte de Minas	Juramento	0,53%
Norte de Minas	Juvenília	-2,22%
Norte de Minas	Lagoa dos Patos	-0,53%
Norte de Minas	Lassance	-0,11%
Norte de Minas	Lontra	0,95%
Norte de Minas	Luislândia	0,45%
Norte de Minas	Mamonas	0,29%
Norte de Minas	Manga	-1,02%
Norte de Minas	Matias Cardoso	1,50%
Norte de Minas	Mato Verde	-0,39%
Norte de Minas	Mirabela	0,38%
Norte de Minas	Miravânia	0,83%
Norte de Minas	Montalvânia	-0,11%
Norte de Minas	Monte Azul	-0,80%
Norte de Minas	Montes Claros	1,66%
Norte de Minas	Montezuma	1,28%
Norte de Minas	Ninheira	0,48%
Norte de Minas	Nova Porteirinha	0,01%
Norte de Minas	Novorizonte	0,74%
Norte de Minas	Olhos-d'Água	2,09%
Norte de Minas	Padre Carvalho	1,10%
Norte de Minas	Pai Pedro	0,17%
Norte de Minas	Patis	0,78%
Norte de Minas	Pedras de Maria da Cruz	1,52%
Norte de Minas	Pintópolis	0,37%
Norte de Minas	Pirapora	0,59%
Norte de Minas	Ponto Chique	0,83%
Norte de Minas	Porteirinha	-0,07%
Norte de Minas	Riachinho	0,04%
Norte de Minas	Riacho dos Machados	0,00%
Norte de Minas	Rio Pardo de Minas	0,66%
Norte de Minas	Rubelita	-2,68%
Norte de Minas	Salinas	0,65%
Norte de Minas	Santa Cruz de Salinas	-0,88%
Norte de Minas	Santa Fé de Minas	-0,55%
Norte de Minas	Santo Antônio do Retiro	0,44%
Norte de Minas	São Francisco	0,44%
Norte de Minas	São João da Lagoa	0,57%
Norte de Minas	São João da Ponte	-0,26%
Norte de Minas	São João das Missões	1,36%
Norte de Minas	São João do Pacuí	1,03%
Norte de Minas	São João do Paraíso	0,61%
Norte de Minas	São Romão	2,82%
Norte de Minas	Serranópolis de Minas	0,92%

Mesorregião	Município	Taxa Crescimento Pop 2000/2010
Norte de Minas	Taiobeiras	1,23%
Norte de Minas	Ubaí	0,81%
Norte de Minas	Urucuia	3,53%
Norte de Minas	Vargem Grande do Rio Pardo	0,60%
Norte de Minas	Várzea da Palma	1,25%
Norte de Minas	Varzelândia	-0,03%
Norte de Minas	Verdelândia	1,52%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração própria

Quadro 3 – Taxas de crescimento populacional ao ano dos municípios da mesorregião do Vale do Mucuri – Minas Gerais, 2000-2010

Mesorregião	Município	Taxa Crescimento Pop 2000/2010
Vale do Mucuri	Águas Formosas	0,35%
Vale do Mucuri	Ataléia	-1,46%
Vale do Mucuri	Bertópolis	0,14%
Vale do Mucuri	Carlos Chagas	-0,91%
Vale do Mucuri	Catuji	-0,89%
Vale do Mucuri	Crisólita	1,33%
Vale do Mucuri	Franciscópolis	-1,02%
Vale do Mucuri	Frei Gaspar	-0,16%
Vale do Mucuri	Fronteira dos Vales	-0,45%
Vale do Mucuri	Itaipé	0,93%
Vale do Mucuri	Ladainha	0,71%
Vale do Mucuri	Machacalis	0,08%
Vale do Mucuri	Malacacheta	-0,25%
Vale do Mucuri	Nanuque	-0,19%
Vale do Mucuri	Novo Oriente de Minas	0,36%
Vale do Mucuri	Ouro Verde de Minas	-0,34%
Vale do Mucuri	Pavão	-0,37%
Vale do Mucuri	Poté	0,58%
Vale do Mucuri	Santa Helena de Minas	0,51%
Vale do Mucuri	Serra dos Aimorés	0,28%
Vale do Mucuri	Setubinha	1,60%
Vale do Mucuri	Teófilo Otoni	0,40%
Vale do Mucuri	Umburatiba	-0,60%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – Elaboração própria